

DA PENÍNSULA IBÉRICA PARA A ECÚMENA DO MUNDO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luis Inácio Lula da Silva
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Carlos Eduardo Bielschowsky

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Celso Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vitor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel
VICE-DIRETORA: Christine Vargas Lima

EDITORA UNICENTRO

Mário Takao Inoue, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos de Bortoli, Hélio Sochodolak,
Ivan de Souza Dutra, Jeanette Beber de Souza, Jorge Luiz Favaro,
Luiz Gilberto Bertotti, Maria José de Paula Castanho,
Márcio Ronaldo Santos Fernandes, Maria Regiane Trincaus,
Mauricio Rigo, Raquel Dorigan de Matos, Rosanna Rita Silva,
Ruth Rieth Leonhardt, Sidnei Osmar Jadoski.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA
COORDENADOR DO CURSO: Carlos Eduardo Schipanski
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Edgar Ávila Gandra, Flamarion Laba da Costa,
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira



FLAMARION LABA DA COSTA

DA PENÍNSULA IBÉRICA PARA A ECÚMENA DO MUNDO



COMISSÃO CIENTÍFICA: Carlos Eduardo Schipanski,
Flamarion Laba da Costa, Maria Aparecida Crissi Knuppel,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira

REVISÃO TEXTUAL
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:
Elisa Ferreira Roseira Leonardi
Espencer Ávila Gandra
Éverly Pegoraro

EDIÇÃO: EDITORA UNICENTRO
IMPRESSÃO: GRÁFICA DIDÁTICA DO BRASIL
400 exemplares

Catlogação na Publicação
Fabiano de Queiroz Jucá – CRB 9 / 1249
Biblioteca Central – UNICENTRO

Costa, Flamarion Laba da
C837p Da península ibérica para a ecúmena do mundo / Flamarion
Laba da Costa. -- Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2009.
98 p. - (Coleção História em construção)

Organização da coleção: Carlos Eduardo Schipanski,
Flamarion Laba da Costa, Maria Aparecida Crissi Knuppel et al

Bibliografia

1. História. 2. História antiga. 3. Península ibérica. I. Título.

CDD 946

Copyright: © 2009 Editora UNICENTRO

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

SUMÁRIO

Introdução	09
PENÍNSULA IBÉRICA	11
POVOS ESTRANGEIROS NA PENÍNSULA	15
POVOS PRÉ-ROMANOS	25
ROMANIZAÇÃO NA PENÍNSULA	27
POVOS BÁRBAROS NA PENÍNSULA	33
MUÇULMANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA	39
RECONQUISTA	47
PORTUGAL	51
EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA	77
A RELIGIÃO EM PORTUGAL	89
Conclusão	93
Bibliografia	95

PREFÁCIO

A experiência adquirida ao longo de sua carreira docente na UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa e nesses últimos anos na UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste, como professor efetivo do DEHIS – Departamento de História, especificamente como docente de História Ibérica credenciam o Professor Flamarion Laba da Costa para a escrita desse livro que ora fazemos a leitura.

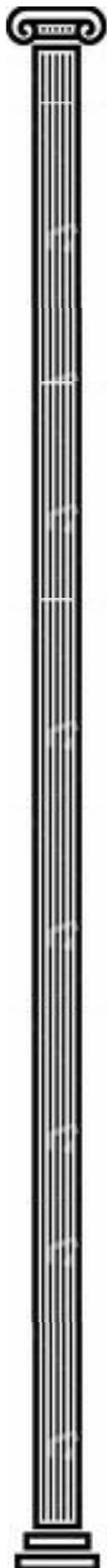
Temos percebido que o ensino da História Ibérica, na maioria das universidades, não ultrapassa os limites de uma disciplina que desperta pouco interesse, monótona e que necessita de um grande esforço de memorização. Essa situação de pouco entusiasmo pela matéria pode ser atribuída a uma série de problemas decorrentes da própria organização do ensino, pela falta de bibliografia especializada e pelo uso exagerado de métodos didáticos que se aplicam em sala de aula.

Nesse caso são frequentes as perguntas entre os acadêmicos: Para que serve essa matéria? Qual seu sentido e seu valor para a nossa vida?

Procurando responder a todas essas questões e, de forma brilhante, motivando os seus alunos a iniciarem uma viagem, pelo tempo e pelo espaço da Península Ibérica, com o objetivo de revelar as ações e as influências que os povos que nela habitaram legaram aos “novos povos” descobertos e colonizados por eles. Num primeiro momento pode parecer aos “novos povos” que essas influências tenham um caráter imperialista, de dominação e exploração.

Apesar de haver inúmeras interpretações e análises sobre essa questão, podemos afirmar com plena certeza de que a história da Península Ibérica narrada pelo nobre professor pode contribuir para potencializar o pluralismo e perceber a diversidade cultural dos povos iberos.





É importante observar que através de uma linguagem clara e objetiva, no que diz respeito à compreensão da nossa História do Brasil, esclarece o ilustre Professor Flamarion, somente será compreendida partindo-se dos antecedentes iberos, inseridos nas transformações presentes na Europa Ocidental. Dessa maneira, sem boas aulas e um material bibliográfico atualizado de História Ibérica, o futuro profissional da educação na área de História deixará escapar aspectos diversos e relevantes da sua própria história.

Assim, o presente livro reúne em nove capítulos a possibilidade de o aluno compreender os diferentes povos que formaram a Península Ibérica, bem como analisar suas ações e influência que exerceram no início da modernidade e no estabelecimento de domínio e reinos, construindo sociedades, com reflexos em diferentes regiões e continentes.

Ao propor conhecer os povos que formaram as sociedades católicas que habitaram a península, retratadas nos textos, o aluno em sua viagem conhece um pouco mais da ocupação do nosso meio, das nossas raízes étnicas e um pouco mais da complexa lógica social, tão bem evidenciada nos países latinos americanos. A miscigenação, que começou muito antes, na própria formação social da Europa, é aqui revelada nas terras do Novo Mundo, principalmente no Brasil, através da amálgama de culturas e etnias que irão formar um cenário maravilhoso, que segundo Jorge Ben Jor, “abençoado Por Deus e bonito por natureza”.

Como costume e de maneira brilhante o Professor Flamarion Laba da Costa inicia a escrita da sua conclusão dizendo: “o estudo da história é fascinante”. Concordamos plenamente com o amigo e professor, mas ousaríamos a dizer que o estudo da história ibérica através dessa obra é fascinante. Uma boa leitura.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Schipanski

INTRODUÇÃO

Você sabe o que é Península Ibérica? Buscaremos responder essa pergunta para você, acadêmico(a) de História, ao longo desta obra. Este livro insere-se no curso de Licenciatura em História, modalidade a distância, e faz parte da coleção História em Construção, lançada para que os acadêmicos tenham acesso ao conteúdo que será ministrado nas disciplinas, neste caso História Ibérica.

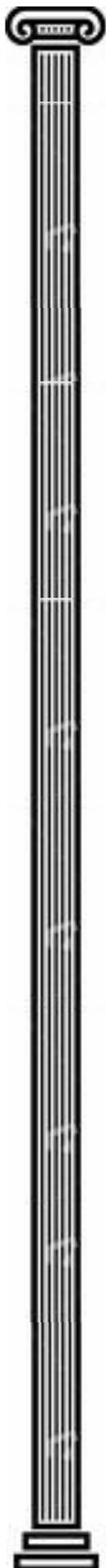
Assim, faremos uma viagem pelos séculos neste território da Península Ibérica, formado hoje pelos Estados da Espanha, Portugal e o principado de Andorra. Essa região da parte mais ocidental da Europa, desde a Antiguidade, conheceu a presença de diferentes povos como fenícios, gregos, cartagineses, romanos, bárbaros e muçulmanos. Desses povos, alguns já são do seu conhecimento em outras disciplinas como História Antiga e História Medieval.

O objetivo, nesta disciplina, é o estudo das ações desses povos na Península Ibérica. É analisar suas ações e a influência que exerceram ao longo dos séculos estabelecendo seu domínio e reinos, construindo uma sociedade que terá reflexos em diferentes regiões e continentes quando ocorrerá a grande expansão marítima comandada por dois reinos da Península, Portugal e Espanha. Influência sentida inclusive no nosso país, visto sermos colonizados por Portugal, processo fruto do movimento conhecido como grandes navegações.

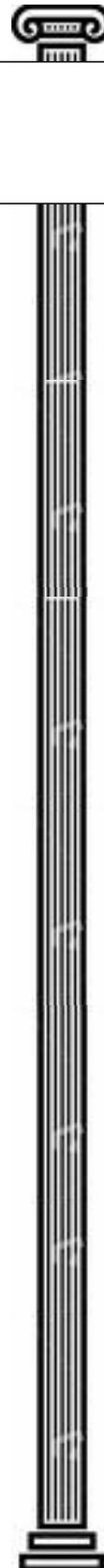
Esta obra está estruturada em nove capítulos didaticamente divididos entre os assuntos analisados, desde a presença do chamado homem primitivo, presença de outras populações até a formação dos reinos cristãos, dos quais se originaram os Estados que hoje formam politicamente os países Ibéricos.

Na leitura deste livro você terá uma noção geral dos temas, pois é impossível nos aprofundarmos em tão “longo





período” da história dessa região com a presença de tão diferentes povos. A intenção é apresentar uma visão geral – mesmo que superficial – do desenvolvimento e formação dessa região do continente europeu.



PENÍNSULA IBÉRICA

1) LOCALIZAÇÃO

O território que estudaremos ocupa a região mais ocidental do continente europeu. Sua extensão é de 504.750 km², sendo que 97,6% pertencem à parte peninsular e o restante são territórios fora do continente como o arquipélago Mediterrâneo das Baleares e o arquipélago Atlântico das Canárias, acrescentando-se a porção do Saara Africano.

Esse território encontra-se dividido politicamente da seguinte forma: 84,6% para o território da Espanha; 15,3% para Portugal e o restante, cerca de 1%, pertence ao principado de Andorra enclavado nos Pirineus e ao enclave britânico de Gibraltar, no litoral do Mediterrâneo.

Geograficamente, a Península Ibérica encontra-se dividida do restante do continente por um istmo cortado de norte a sul pela cadeia montanhosa dos Pirineus, que forma uma espécie de parede, provocando, na Antigüidade, um isolamento da população peninsular dos demais povos europeus.

Isso não impediu que povos como os celtas penetrassem, via Pirineus, na Península, por volta do século VIII a.C. A forma mais comum de contato de outros povos com o território peninsular se deu através de navegações mediterrâneas e atlânticas como veremos em outro tópico desta obra.

2) A PRESENÇA DO CHAMADO HOMEM PRÉ-HISTÓRICO

A denominação homem pré-histórico é utilizada comumente por pesquisadores, historiadores, antropólogos, sociólogos e profissionais de outras áreas para designar



Paleolítico, do Grego – Palácio-Velho e Lítico-Pedra, teve duração de 40.000 a 8.000 anos a.C. Neolítico – Neo-Novo – Lítico-Pedra, de 8.000 a 5.000 anos a.C. Dependendo da região, este período foi mais longo aproximando-se dos 3.000 anos ou mais a.C. Observe que este período chamado de pré-histórico é muito mais longo do que o período histórico, visto que tem cerca de 6.000 anos.

aquelas populações que não tinham o conhecimento e domínio da escrita. Na Península Ibérica foram encontrados, por pesquisadores, vestígios dessas populações.

No estudo da Península, os pesquisadores trabalham com dois períodos: o Paleolítico e o Neolítico. Esses períodos costumam ser divididos pelos pesquisadores: o Paleolítico tem três épocas, “Paleolítico Inferior, Paleolítico Médio e Paleolítico Superior” (ARAMBOURG, s/d, p. 33).

O Conhecimento da história dos grupos humanos que habitaram a Península durante o Paleolítico, não é fácil devido que, em geral, as escavações dos achados desta época não são feitos de forma metódica e a investigação tem se concentrado fundamentalmente na tipologia dos utensílios e nas manifestações artísticas, como as pinturas rupestres (CABO; VIGIL, 1985, p. 191, tradução nossa).

Segundo José Terrero, foram encontradas em regiões diferentes da Península utensílios e um rico acervo de pinturas em cavernas. Destaca o autor que a datação dessa arte foi determinada entre 20.000 e 10.000 anos, e os vestígios podem ser divididos em duas zonas distintas, a hispano-francesa e a hispano-africana, a primeira no norte e a segunda no sul. No norte destacam-se as cavernas de Altamira, Santander e Astúrias. No sul, destacam-se as regiões de Lérida, Teruel, Alcañiz, Amlbacete e Cádiz (TERRERO, 1971, p. 18-19).

Durante o Neolítico teria ocorrido a sedentarização do homem em algumas regiões, tornando-se criador e agricultor, dando início à formação de agrupamentos maiores, criando um embrião de futuras sociedades, vivendo em comunidades cada vez mais populosas. Para Cabo e Vigil, pode ser feito um estudo em conjunto do Neolítico com a Idade do Bronze em algumas regiões peninsulares pela similaridade das descobertas arqueológicas (CABO; VIGIL, 1985, p. 200).

O objetivo, aqui, foi mostrar que na Península Ibérica também existiram povos pré-históricos que deixaram inúmeros vestígios pesquisados e estudados para fornecer melhores fontes para que conheçamos esse período temporalmente distante.



POVOS ESTRANGEIROS NA PENÍNSULA

1) PENÍNSULA ANTIGA

O período denominado de Antigo classicamente é datado desde o aparecimento da escrita até 395 ou 476 d.C., com a queda do Império Romano.

Para o território da Península Ibérica, esse período representou grandes transformações, principalmente para a região mediterrânea, com a presença de povos de outras regiões do Mediterrâneo denominados, pelos historiadores hispânicos, estrangeiros como fenícios, gregos, cartagineses, culminando com a dominação romana como resultante das guerras Púnicas.

Dessa época, segundo Cabo e Vigil, o primeiro Estado organizado na Península de cuja existência histórica se tem notícias é Tartessos. Esse Estado é cercado de lendas tanto na Antiguidade como na atualidade, em função de não terem sido encontrados vestígios dessa cidade e de sua localização, criando divergências entre os pesquisadores. Mas, baseado nas notícias antigas, fontes gregas, Tartessos estava localizada ao sul da Península.

Para estudar Tartessos e seus problemas contamos com dois tipos de fontes fundamentais, as escritas e as arqueológicas, muito valiosas estas últimas depois dos descobrimentos mais recentes e das investigações que se tem feito. As fontes escritas sobre Tartessos que temos da antiguidade, se pode dividir em dois grupos: as notícias da Bíblia e as que foram transmitidas por autores gregos. Tanto uma como outra falam de uma terra distante, que tinha relação com outros países do Mediterrâneo, para a qual se faziam viagens

395, ano em que o Imperador Teodósio dividiu o Império Romano em dois territórios, entregando o governo a seus filhos. Nessa divisão, a região do Oriente ficou com a capital na cidade de Constantinopla (hoje Istambul) e foi governada por Arcádio e a região do Ocidente, sob o governo de Honório, tinha como capital a cidade de Milão. A segunda data, 476, foi o ano em que o rei do povo Hérulo, chamado Odoacro, depôs o último Imperador Romano, Rômulo Augústulo (AQUINO; FRANCO; LOPES, 1987, p. 260).

Para esta abordagem seguiremos como obra norteadora:
CABO, Angel; VIGIL, Marcelo. **Historia de España Alfaguara I – Condicionamientos geográficos. Edad Antigua.** Madrid: Alianza Editorial, 1985.



Tiro, importante cidade da Fenícia. Autores há que, ao abordarem esta cidade, denominam seus habitantes como tírios)

a cada três anos, com a qual teriam comércio ativo os habitantes de Tiro. Para chegar até Tartessos, ou Tarsis como consta na Bíblia, se empregavam navios especiais que recebiam o nome de navios de Tarsis e que eram utilizados para viagens longas não necessariamente em direção a Tartessos. Quer dizer, que se tratava de grandes navios, dotados dos últimos conhecimentos técnicos, e aptos, portanto, para navegações a terras muito distante das costas fenícias (CABO; VIGIL, 1985, p. 229, tradução nossa).

Tartessos (Tarsis, Turta, Tarshishi, outras denominações para a mesma região) desenvolveu ativo comércio com os fenícios e gregos, sendo que as notícias dessa época envolvem relatos lendários de como teve início e como se desenvolveu o relacionamento entre esses e os demais povos mediterrâneos, principalmente fenícios e gregos, e a estes últimos deve-se o maior caudal de notícias sobre esta cidade.

Seu desaparecimento pode estar relacionado à presença cartaginesa (púnica) que, em conflito com os gregos, teria atacado e destruído Tartessos pelo seu relacionamento com aqueles. Essa época coincide com o início da expansão cartaginesa e romana no Mediterrâneo ocidental.

Como a existência dessa civilização suscita muitas discussões e pesquisas, citamo-la como ponto de partida para a abordagem dos demais povos mediterrâneos que se fizeram presentes na Península, deixando vestígios e influência da sua presença.

2) FENÍCIOS, GREGOS E CARTAGINESES

O que atraiu essas populações para a Península Ibérica na Antigüidade? Passaremos à resposta dessa pergunta com a abordagem sobre fenícios, gregos e cartagineses.

Por volta do século VIII a.C. surgem as primeiras notícias da presença de fenícios e gregos na Península, são notícias fragmentadas que relatam as viagens feitas por esses povos à região mais ocidental do Mediterrâneo. A primeira

hipótese para explicar tais deslocamentos é a econômica, pois com o desenvolvimento alcançado pelas populações da região oriental do Mediterrâneo, essas necessitavam de matérias-primas e, entre elas, eram de fundamental importância os metais.

Portanto, as viagens dos fenícios e gregos ao extremo ocidente tinham como objeto principal a aquisição de metais, sobretudo a prata, o ouro e o cobre da Península Ibérica, e o estanho que procedia principalmente das ilhas Britânicas e do norte da Península (CABO; VIGIL, 1985, p. 209).

Os metais originários das ilhas Britânicas e do norte peninsular chegavam até o Mediterrâneo por antigas rotas e, quando possível, eram utilizados os rios que ofereciam condições de navegabilidade a exemplo do Guadalquivir, em cuja foz os fenícios fundaram a cidade de Cádiz, no final de uma dessas rotas. Tais rotas também seguiam pelo interior do hoje território francês, utilizando o vale do rio Ródano em cuja foz os gregos fundaram a cidade de Massilia – hoje Marselha – e também era utilizada outra rota localizada no território da Península Itálica, hoje Itália. A rota que cortava a região peninsular ficou conhecida como *Via de La Plata*.

Tendo em vista essas rotas e comércio, afirma-se que:

As viagens dos comerciantes ao sul da Península Ibérica ocorreram em três etapas que se pode identificar com maior clareza. O período mais primitivo estaria constituído por aquelas viagens mais antigas efetuadas pelos fenícios que teriam interesse no metal que poderiam obter no sul da Península. E estas viagens primitivas há que se referir a notícia da antigüíssima fundação de Cadiz; o que não foi comprovado por achados arqueológicos. O período seria um predomínio da navegação grega no sul da Península Ibérica, baseado nas fontes historiográficas antigas por viagens de navegantes gregos a Tartessos. Nestas navegações gregas desempenhariam um



corresponde ao Líbano e parte da Síria, países do chamado Oriente Médio. A situação geográfica facilitou as práticas da navegação e os fenícios ficaram mais conhecidos pela sua atividade de navegantes e comerciantes. Essas atividades de navegação e comércio fizeram com que os fenícios fossem ampliando seu raio de ação, realizando navegações em direção a várias regiões do litoral do Mediterrâneo.

Em sua estrutura política, formaram um grupo de cidades independentes que ficaram conhecidas como cidades-estado, variando a forma de governo de uma para outra, de monarquia a república. As mais importantes foram Sidon, Biblos, Tiro e Ugarit. Por essas atividades de navegação e comércio serem preponderantes, formou-se uma classe dominante constituída por uma oligarquia mercantil.

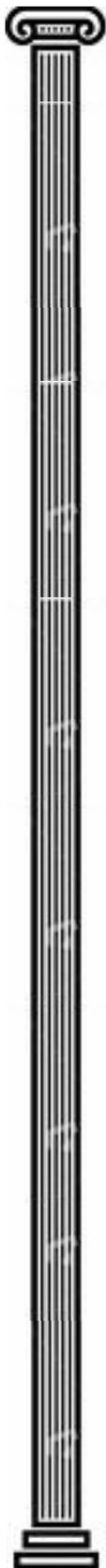
Os habitantes da cidade de Tiro focalizaram suas ações na região ocidental mediterrânea e estabeleceram várias colônias no norte africano, a exemplo de Punis, mais tarde Cartago. Nessa expansão, fundaram colônias na ilha da Sicília chegando até a Península Ibérica.

Foram os tírios, habitantes da cidade de Tiro, que entraram em contato com as populações que habitavam o sul da Península Ibérica. Normalmente, as navegações dos fenícios eram de cabotagem, não realizavam navegações noturnas e estabeleciam suas colônias em locais e ilhas próximas das costas mas de difícil acesso para a população local.

A presença desse povo na Península Ibérica tem gerado muitas discussões entre os pesquisadores, principalmente com relação à época em que ocorreu.

Pode-se chegar à conclusão de que não há materiais fenícios muito antigos, isto é, de finais do segundo milênio e começo do primeiro milênio a.C., nos achados arqueológicos do ocidente. Os que defendem datas muito antigas para a presença fenícia no ocidente do Mediterrâneo afirmam que não se sabe muito bem como era o material fenício daquela época e que pode ter sido





encontrada cerâmica fenícia sem identificá-la como tal. [...] De todas as formas, os achados arqueológicos feitos nos últimos anos na costa meridional da Espanha, têm confirmado a existência de assentamentos fenícios, se não tão antigos como fazem crer os textos clássicos, são mais antigos que as datas que alguns investigadores haviam atribuído para o começo da colonização fenícia na Península (CABO; VIGIL, 1985, p. 216, tradução nossa).

A grande discussão é referente à colônia mais importante fundada pelos fenícios, Gadir, hoje Cádiz, em território espanhol, pois alguns defendem que sua fundação ocorreu por volta de 1100 a.C.

Os achados mais confiáveis referem-se à metade do primeiro milênio a.C., quando surgiram várias colônias, sendo as mais importantes fundadas pelos fenícios: Malaka, hoje Málaga; Sexi, hoje Almuñecar; Abdera, hoje Adra. A mais importante de todas foi Gadir. Essas colônias foram habitadas por populações locais, fenícios, cartagineses e povos do norte africano.

Nessas regiões, os fenícios comercializavam seus produtos e outras mercadorias e realizavam o papel de intermediários. Adquiriam, na Península, principalmente metais, cereais e peixes que transformavam em conserva e salgavam, e vendiam produtos de luxo, armas, tecidos e outros de menor importância.

Por essa presença fenícia no sul da Península se pode mensurar a importância comercial que representaram as riquezas principalmente os metais obtidos na região, bem como os que eram transportados por antigas rotas, explorados no norte peninsular e nas ilhas Britânicas. A presença fenícia colocou o litoral sul peninsular em contato com outras regiões do Mediterrâneo através do fluxo de suas navegações, colaborando para o desenvolvimento dessa região.

2.2) GREGOS

Os gregos também estabeleceram-se no litoral sul peninsular. A motivação para que se deslocassem até essa região foi a mesma dos fenícios, as matérias-primas de grande interesse ali disponíveis.

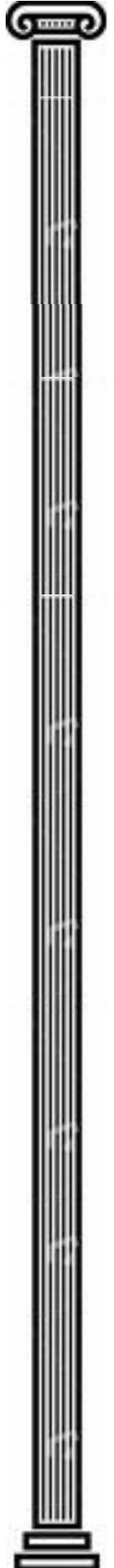
Os gregos tradicionalmente expandiram-se para o Oriente ocupando a Ásia Menor, hoje Turquia, os estreitos de Bósforo e Helesponto, na entrada do mar Negro, e o entorno deste. Para o Ocidente mediterrânico, as notícias da presença grega são referentes ao século VIII a. C., na região da ilha da Sicília, sul da Itália. Os gregos, nessa expansão, fundaram colônias agrícolas, fato que se repetiu no sul da Península Itálica, incluindo as ilhas da Sicília, Córsega e Sardenha.

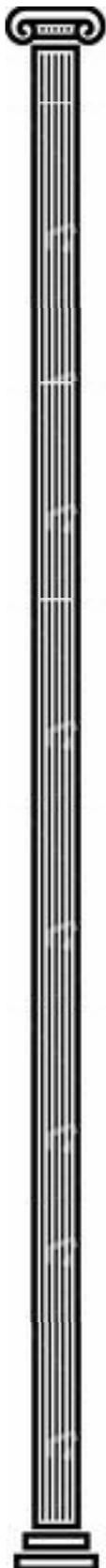
Para a Península Ibérica, essa presença grega teve outro sentido. “Porém, para falar da colonização grega na Península Ibérica, podemos prescindir deste tipo de colônia agrícola, já que os gregos que se estabeleceram e viajaram até a Península, atuaram de maneira semelhante aos fenícios” (CABO; VIGIL, 1985, p. 210, tradução nossa).

Sobre a presença grega existem notícias mais concretas do que a dos fenícios, embora essas notícias contenham também relatos lendários, a exemplo da presença de heróis da guerra de Tróia.

Para a obtenção de metais, os gregos utilizavam as antigas rotas européias que desde o norte chegavam até o sul. Utilizaram também a rota que passava pelo norte da Península Itálica, região da Etrúria, e outra que chegava até a região litorânea mediterrânea, hoje pertencente à França. Nesta região, em 600 a.C., os gregos fundaram Massília, situada na foz do rio Ródano, hoje Marselha, onde adquiriam os metais vindos do norte da Europa.

A presença grega no Mediterrâneo Ocidental, na época, ocorreu em paralelo à fenícia e cartaginesa. Com o tempo, os púnicos (cartagineses) alcançaram grande





progresso, sobrepuseram-se em importância aos fenícios e passaram a disputar a hegemonia marítima e comercial do Mediterrâneo Ocidental com os gregos, ou seja, o litoral da Península Ibérica e as ilhas da Córsega e da Sardenha, o que gerou, em 535 a.C., a batalha de Alália, entre gregos e cartagineses, na qual não houve um vencedor declarado, mas os gregos terminaram tão debilitados que não conseguiram manter a posse das ilhas. É creditada aos gregos a fundação de Hemeroscopion, atual Denia, Emporium, hoje Ampurias, Rhode, hoje Rosas.

A partir dessa época, os cartagineses começaram a ter uma presença marcante na Península Ibérica, concorrendo e dificultando a presença grega, aplicando uma nova orientação, dominação e ocupação do território, pois estavam em processo de expansão.

2.3) CARTAGINESES (PÚNICOS)

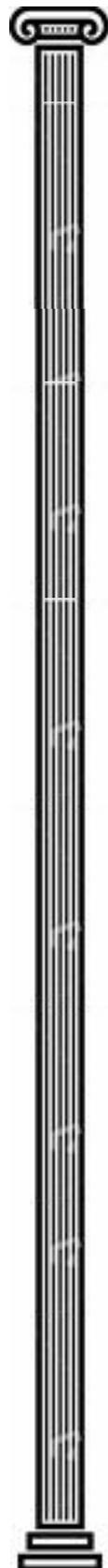
Os cartagineses se fizeram presentes na Península Ibérica ao mesmo tempo que fenícios e gregos.

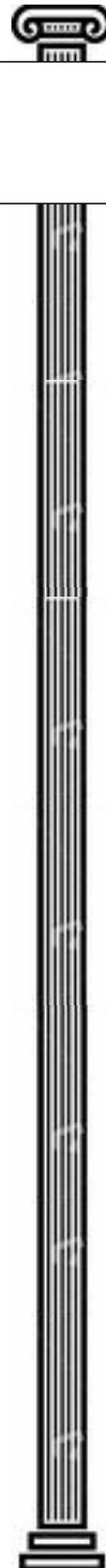
Cartago havia sido fundada no final do século IX a.C., (814) pelos tírios e logo se converteu em uma cidade próspera, com um comércio cada vez mais importante. Ao longo do tempo os cartagineses foram suplantando os tírios nos mercados do Mediterrâneo ocidental. No século V a.C., os cartagineses estendiam sua influência comercial – praticamente se tratava de um império comercial – pelo litoral do norte da África, a costa meridional da Espanha, a região ocidental da Sicília e a ilha da Sardenha (CABO; VIGIL, 1985, p. 220, tradução nossa).

A presença cartaginesa é considerada mais agressiva, visto que os cartagineses conquistaram territórios no interior da Península, contratando povos como mercenários para combater nos seus exércitos.

O domínio cartaginês do comércio no Ocidente mediterrâneo e de parte do território peninsular coincidiu

com a expansão de outro Estado que também tinha interesses na navegação e comércio mediterrâneo, os romanos. Esse conflito de interesses culminou em desavenças que resultaram nas chamadas guerras Púnicas, entre Roma e Cartago, definidoras do domínio romano na Península Ibérica.





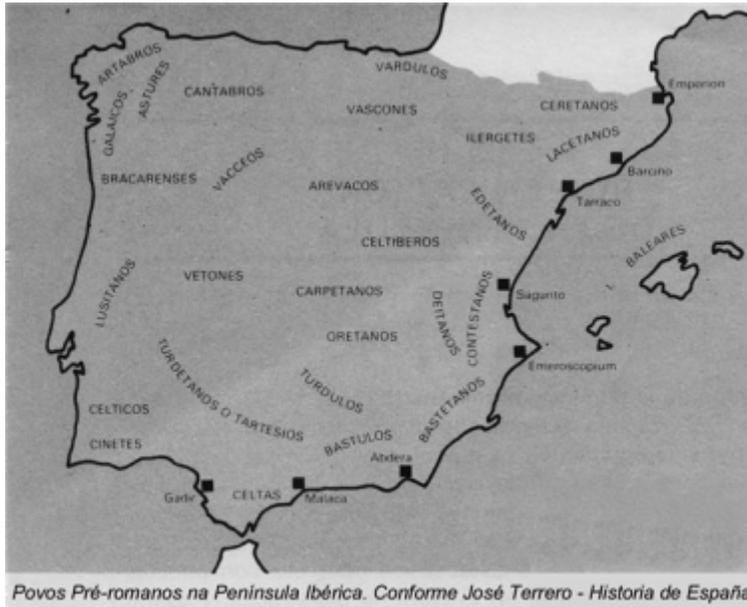
POVOS PRÉ-ROMANOS

São denominados pré-romanos os povos que habitavam a Península Ibérica desde a Antiguidade mais remota. São assim chamados porque as informações sobre localização, organização social, economia e demais atividades são fruto da observação quando do domínio romano da Península. Os romanos observaram que havia grande diferença entre as regiões em todos os sentidos.

A falta de unidade e as diversas formas de organização faziam, por exemplo, que para um habitante do sul fossem mais estranhos os habitantes do norte da Península que os romanos, gregos ou cartagineses. Estas diferenças foram frutos do processo histórico pelo qual atravessaram as regiões peninsulares antes da conquista romana. Além do desenvolvimento interno dos diversos povos, têm que ser consideradas neste processo as influências, muitas vezes decisivas, que exerceram os povos estrangeiros na Península. Os dados são mais consistentes e mais detalhados quando começa a conquista romana, de tal forma que correntemente temos que nos basear nas fontes que procedem da etapa da romanização. Os geógrafos e historiadores desta época recolheram notícias de autores anteriores e descreveram a situação dos povos peninsulares no momento da conquista e quando foram inseridos dentro do domínio e administração romana (CABO; VIGIL, 1985, p. 242, tradução nossa).

Angel Cabo e Marcelo Vigil, ao estudarem essas populações, dividiram-nas por regiões, ou seja, sul, centro e norte. Citaremos somente o sul peninsular, pois alcançou maior desenvolvimento. Destaque-se que essas populações, em suas regiões, desenvolviam diferentes atividades de acordo com as características e contatos que mantinham com populações vizinhas.

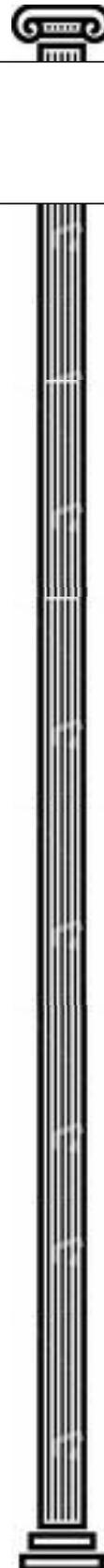
Mapa 2



Legenda: Terrero, Jose. *Historia de España*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1971, p. 43

A região sul era a mais povoada e a população se concentrava ao longo dos mais importantes rios e nas zonas produtoras de metais. Os principais povos que habitavam a região estão classificados como turdetanos, bastetanos e oretanos e tiveram contato e conviveram com fenícios, gregos e cartagineses.

As atividades econômicas praticadas por essas populações estavam ligadas à agricultura, criação de gado e exploração das minas e nessas atividades era utilizada mão de obra escrava. Essa região foi a mais desenvolvida da Península, baseada no comércio e contato com os povos do Mediterrâneo.



ROMANIZAÇÃO DA PENÍNSULA

A romanização ou o domínio do território da Península Ibérica pelos romanos teve início nas primeiras décadas do século III a.C., como resultante da expansão romana e do confronto com os cartagineses na segunda Guerra Púnica.

A intervenção romana na Península foi, no início, uma consequência da rivalidade entre os romanos e os cartagineses para impor sua hegemonia no Mediterrâneo ocidental. Porém, a partir desta intervenção inicial, a Península Ibérica entrará definitivamente na esfera de expansão de Roma que irá conquistando pouco a pouco seus territórios. A exploração destes e dos povos que os habitavam era necessária à sociedade romana naquele momento de grande expansão interior e exterior (CABO; VIGIL, 1985, p. 282, tradução nossa).

Embora tenha durado cerca de sete séculos, a presença romana representou o primeiro domínio de todo o território peninsular por um povo estrangeiro, conquista que só foi concretizada cerca de dois séculos após seu início. O período da conquista é compreendido entre 218 a.C. e 19 a.C., já o período de domínio é de 218 a.C. a 476 d.C., portanto pode-se afirmar que a presença romana na Península Ibérica se manteve por cerca de sete séculos.

Essa dominação romana representou uma mudança estrutural na Península Ibérica, englobando todos os setores da sociedade como: novas ideologias filosófico-religiosas, a língua, com a implantação do latim; a união política e administrativa, reunindo grande número de povos que antes viviam isolados em um novo território agora unido sob o domínio de Roma.

Provocaram, assim, mudanças administrativas, ideológicas, a unificação do idioma, costumes, cultos e práticas de construção de cidades e estradas que interligavam todas as regiões.

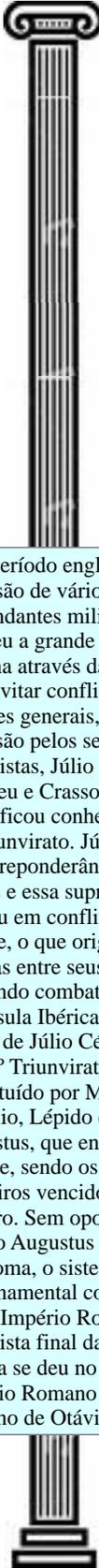
Para dominar os povos da Península, os romanos utilizaram dois procedimentos: a pressão militar e a política, e os contatos diplomáticos e pacíficos. Estes procedimentos deixavam uma ampla margem de manobra aos romanos, de forma que muitas vezes podiam mudar radicalmente sua forma de atuar frente aos peninsulares. Sem dúvida, nem sempre as decisões tomadas pelos generais romanos davam os resultados esperados, pois podiam desencadear reações violentas. As medidas principais levadas a cabo pelos romanos para romper a resistência dos peninsulares oscilaram entre o extermínio em massa da população até a tentativa de assimilação pacífica (CABO; VIGIL, 1985. p. 283, tradução nossa).

Angel Cabo e Marcelo Vigil, na sua abordagem sobre a conquista, dividem-na em três períodos: o primeiro, de 218 a.C., início da segunda Guerra Púnica, até 133 a.C., com a queda da cidade de Numância. Esse período coincide com o movimento da grande expansão romana em várias direções, tanto para o Oriente mediterrânico, no caso da Grécia, como para o Ocidente deste mar, nas disputas com Cartago.

O segundo período abrange cerca dos cem anos seguintes e envolve conflitos entre os próprios romanos quando se aproxima o final da República Romana e o início do Império Romano.

Na Península Ibérica ocorreram combates entre os generais romanos que disputavam o poder em Roma.

O terceiro período abrange de 29 a.C. a 19 a.C., com a conquista da região norte peninsular já sob o governo de Otávio Augustus, ficando assim todo o território peninsular



Este período engloba a ascensão de vários comandantes militares e nele ocorreu a grande expansão romana através das guerras. Para evitar conflitos, três grandes generais, em ascensão pelos seus feitos e conquistas, Júlio César, Pompeu e Crasso, formaram o que ficou conhecido como 1º Triunvirato. Júlio César teve preponderância sobre os outros e essa supremacia acabou em conflito vencido por ele, o que originou guerras entre seus exércitos incluindo combates na Península Ibérica. Após a morte de Júlio César formou-se o 2º Triunvirato, constituído por Marco Antônio, Lépido e Otávio Augustus, que entraram em choque, sendo os dois primeiros vencidos pelo terceiro. Sem oposição, Otávio Augustus implantou, em Roma, o sistema governamental conhecido como Império Romano. A conquista final da Península Ibérica se deu no período do Império Romano sob o governo de Otávio Augustus.

sob o domínio romano, com exceção da região dos bascos, nunca submetidos.

Durante e após a conquista, os romanos foram implantando, na Península, sua cultura em todos os sentidos, administrativa, econômica, social e ideologicamente. Exploraram os recursos como minérios, produtos agrícolas e o comércio de um grande contingente de escravos, fruto das resistências encontradas e debeladas. Em termos políticos, para melhor administrar, foram criando divisões territoriais chegando a cinco províncias:

Os bascos são a população que ainda hoje luta no mesmo território pela autonomia e criação de um país Basco na região norte da Espanha.

Mapa 3



Legenda: Cabo, Angel e Vigil, Marcelo. *Historia de España Alfaguara I*. Condicionamientos Geográficos. Edad Antigua. Madrid. Alianza Editorial 1985 p. 409

197 a.C., duas províncias – HISPANIA CITERIOR E HISPANIA ULTERIOR.

27 a.C. Otávio Augustus dividiu a HISPANIA ULTERIOR em LUSITÂNIA E BÉTICA denominando a HISPANIA CITERIOR de TARRACONENSIS.

212 d. C., o imperador Caracala fracionou a TARRACONENSIS criando a GALÍCIA.



293 d. C., o imperador Diocleciano dividiu a Península Ibérica em BÉTICA, LUSITÂNIA, GALÍCIA, CARTAGIENSIS e TARRACONENSIS.

Durante esse longo período de domínio, os romanos transformaram a Península em uma extensão de Roma, implantando ali uma sociedade semelhante à sua. O motor principal da expansão, o Exército, exerceu grande influência nessa conquista e aculturação do território peninsular. Dessa forma, a influência da dominação romana conseguiu pôr fim ao ilhamento em que se encontravam várias populações que formavam grande número de tribos, pois facilitou o intercâmbio das mesmas. Outro fator essencial para o sucesso foi a unificação do idioma – o latim – em todo o território, sendo que essa integração foi facilitada pelo grande número de estradas construídas pelos romanos na Península.

Como principais resultantes da dominação romana pode-se eleger alguns fatores. A implantação da *urbs* romana na península e sua influência em muito colaborou para a romanização, atraindo e congregando um maior número de pessoas que dessa forma interagem, facilitando a romanização. Para sua sobrevivência necessitava de uma série de atividades em seu entorno, implantando em suas regiões de abrangência práticas que eram desconhecidas de determinadas populações hispânicas. Some-se a isso a interligação das regiões através das inúmeras estradas. A criação das províncias e suas divisões administrativas,

os *conventus*, obrigou os peninsulares a adaptarem-se à organização romana facilitando o controle pelo Estado. Em termos religiosos, a implantação do cristianismo como religião oficial do Império será também adotada por povos que entraram em contato com os romanos e terá conseqüências na formação do estado

Como já citado, os romanos dividiram o território da Península Ibérica em províncias, para manter presente a autoridade do Estado essas províncias foram divididas em *conventus* como forma de administração regional. Numa analogia podemos citar o território brasileiro que politicamente está dividido em Estados que seriam as províncias, divididas em municípios que seriam os *conventus*.

A adoção do cristianismo pelos romanos foi obra do imperador Constantino I, em 293, mas a oficialização ocorreu em 325 no Concílio de Nicéia

bárbaro visigótico no século V e, séculos mais tarde, no trabalho da Reconquista contra os muçulmanos.

O domínio romano na Península se encerra com a queda do Império em 476, com o estabelecimento dos chamados povos bárbaros, surgindo o Estado visigótico.





POVOS BÁRBAROS NA PENÍNSULA

A presença dos chamados povos bárbaros na Península Ibérica se deu no período em que se identifica uma perda de poder do Império Romano, pois o território peninsular ainda se encontrava sob domínio de Roma. Segundo Mário Curtis Giordani, a ameaça dos bárbaros sobre as fronteiras do território do Império Romano remonta aos finais do século II a.C. no período republicano em Roma (GIORDANI, 1970, p. 29).

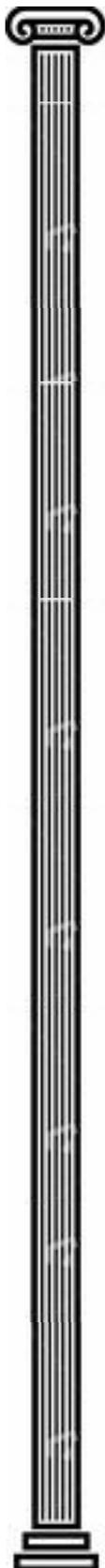
O contato entre romanos e bárbaros ocorreu de duas formas, bélica e diplomática, e com o passar do tempo, em virtude dos acontecimentos políticos e militares acabou prevalecendo o primeiro, que, acrescido de fatores externos – como a movimentação dos hunos –, provocou a presença de várias populações no interior do território do Estado romano.

Na Península Ibérica,

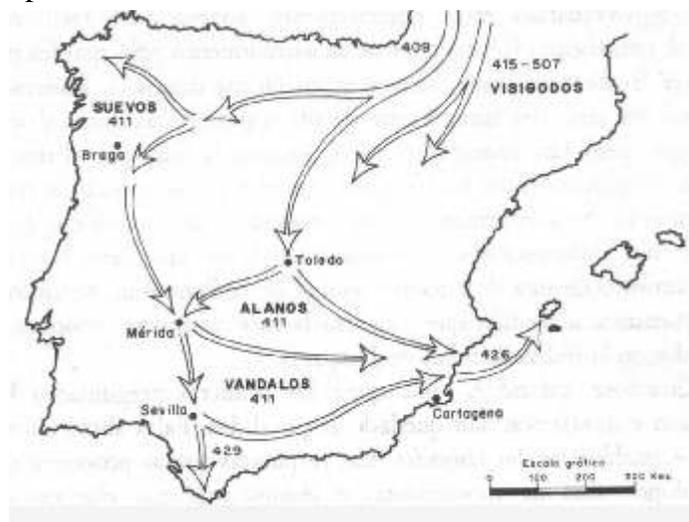
No ano de 409, pela rota de Roncesvales, penetraram na Espanha grupos de suevos, vândalos e alanos, que durante anos haviam percorrido impunemente a Gália

devastando o país. Nos dois anos seguintes à sua chegada na Península, pela ausência de uma força militar e o debilitamento político do Império lhes permitirá repetir as ações saqueadoras. Por fim em 411, talvez – ainda que discutível – em virtude de um *foedus* [acordo] pactuado com o Império romano do ocidente, os recém chegados se estabelecem em áreas distintas na Península, deixando livre a Tarraconensis. Quatro anos depois, um pequeno grupo de visigodos penetra na Espanha, instalando-se precisamente naquela província, o que lhes permitiria manter contato com o resto de seu povo, assentado nas Gálias (CORTÁZAR, 1985, p. 8, tradução nossa).

Região hoje ocupada pelo território da França



Mapa 4



Fonte: Cortázar, José Angel García de. *Historia de España Alfoaguara II. La época medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 1985. p. 13.

Dessa forma, os visigodos vigiavam uma importante e rica região ainda controlada pelos romanos dos ataques dos demais povos que tinham chegado à Península.

A falta de uma força militar para controlar os novos habitantes e os acordos com o Império Romano facilitaram a fixação dessas populações e a ocupação dos espaços, principalmente por suevos e visigodos, visto que os vândalos se deslocaram para as Ilhas Baleares e para o norte africano. Outro fator que também deve ser considerado é a ruralização da sociedade, que vinha ocorrendo no território dominado por Roma. Na Península, esse fato colaborou para a fixação dos suevos, que organizaram seu reino no norte peninsular na região da Galícia – hoje norte da Espanha – e parte do território do que hoje é o norte de Portugal.

Isso forçou os hispano-romanos, ou seja, a população peninsular, a firmar pactos com os novos invasores para que pudessem dar continuidade e sobreviver nessas áreas, pois a cidade romana, a *urbs*, havia perdido seu poder aglutinador favorecendo a dispersão da população, ocorrendo uma ruralização no território peninsular com a conseqüente diminuição da população nas cidades.

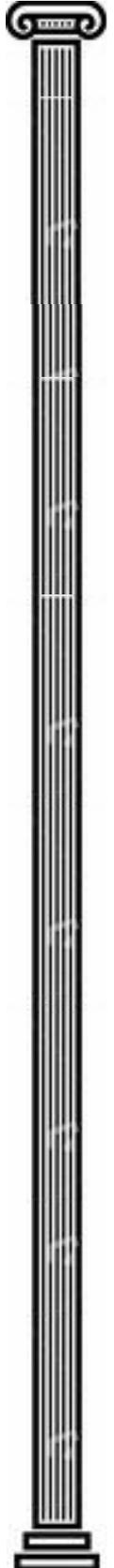
Através destas circunstâncias turbulentas, que caracterizaram o pouco conhecido século V, se delineou claramente um triplo processo: o prolongamento e fortalecimento de uma situação econômica e social, habitual no espaço romano desde os finais do século II, que desembocará na constituição do regime senhorial; a falta de interesse – ou, mais propriamente de capacidade – dos invasores de reconstruir em proveito próprio a forma de governo que Roma havia criado apoiando-se em um excelente sistema de comunicação; e finalmente, o aparecimento e consolidação da Igreja através de um processo de evangelização, dirigido desde as sedes e paróquias criadas anteriormente que facilitará sua promoção a uma liderança nem sempre exclusivamente espiritual (CORTÁZAR, 1985, p. 10, tradução nossa).

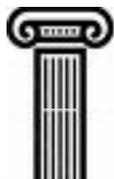
Assim, o território peninsular conheceu uma nova realidade com o debilitamento do Império Romano e a presença de povos diferentes e com culturas estranhas à sua população, que vinha convivendo há sete séculos com a romana, formando a chamada cultura hispano-romana e dando início à formação de novos reinos.

1. REINO VISIGÓTICO

Dos povos invasores chamados bárbaros, os visigodos merecem um tratamento diferenciado, pois formaram um Estado no território peninsular. O primeiro grupo de visigodos chegou à Península em 415 e por cerca de um século suas ações na região foram constantes, embora seu centro político estivesse estabelecido na cidade de Toulouse, na Gália.

Em 456, os visigodos venceram os suevos em batalha próximo de Astorga e, dessa forma, consolidaram um território na Península que formará seu futuro Estado. Com essa vitória, os visigodos transferiram-se do território da Gália para a Península e se assentaram de forma pacífica, ocupando várias regiões. Em 475, rompe-se o acordo entre visigodos e romanos.





Arianismo, surgiu de uma interpretação do bispo Ário, da cidade de Alexandria, no norte do Egito, que defendia a não igualdade entre Deus e Cristo, visto o segundo ser filho da divindade, não podendo igualá-la. Para debater esses princípios, reuniu-se o concílio de Nicéia e seus debatedores não chegaram a um acordo, surgindo divergências. Esses princípios chegaram à Europa e foram adotados pelos germânicos. Os visigodos tornaram-se adeptos do arianismo a partir do século III culminando na metade do século IV na sua conversão. (MAGALHÃES, 2009, p. 88-101).

E quando no ano seguinte a deposição de Rômulo Augustulo marca o fim da existência da parte ocidental daquele, nas Gálias e em parte da Península se transforma em realidade de direito o que já era de fato: a existência de um Estado visigodo independente (CORTÁZAR, 1985, p. 11, tradução nossa).

Os visigodos, ao adotarem o cristianismo, tornaram-se arianistas.

Outro povo que estava se organizando no território da Gália eram os francos, que adotaram o cristianismo no reinado do rei Clodoveu, contrário aos arianistas. A convivência com os vizinhos arianistas gerou conflitos que culminaram na batalha de Vouillé, em 507, com a derrota dos visigodos. Com esse acontecimento, os visigodos migraram definitivamente para o território da Península Ibérica.

Os visigodos organizaram o seu Estado fundindo sua cultura com a romana e sofrendo, ainda, influência do meio em que estavam se instalando, ou seja, dos povos hispano-romanos, além da influência de uma instituição que estava em franco desenvolvimento e que terá grande influência neste Estado, a Igreja cristã.

Com relação à religião, como citamos, os visigodos eram adeptos do cristianismo arianista, mas com a organização do Estado e para melhor unir as várias regiões o rei Recaredo, em 589, através do III Concílio de Toledo, converteu-se ao Cristianismo romano, implantando, assim, em todo o território tal credo.

Em termos administrativos, os visigodos, sob influência da religião e dos romanos, estruturaram o seu Estado em divisões políticas semelhantes à romana. Criaram circunscrições administrativas, delegando poderes para autoridades locais e estabelecendo centros administrativos. Nessa organização, os visigodos deram início a um código de Leis, sendo que o direito consuetudinário,

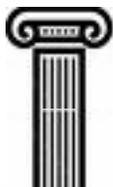
O direito consuetudinário é fundamentado nos costumes e nas práticas inseridos na cultura de uma população, era usado por povos que não possuíam códigos escritos, como os visigodos, antes da conquista da Península

praticado por eles e inerente à sua cultura, era considerado pelos homens da Igreja como resquício do paganismo que praticavam antes de conhecerem o cristianismo. Dos códigos criados citamos alguns: *Código de Eurico*, considerada a primeira lei germânica escrita, representava a união do direito antigo com o período medieval, considerada rigorosa demais, pois proibia o casamento de visigodos com hispânicos; *Codex Revisus*, do rei Leovigildo, nesse novo código foi revogada a proibição dos casamentos citados anteriormente; *Liber Indiciorum*, do rei Recisvinto, no qual foi estabelecido o direito de igualdade entre peninsulares e visigodos, desaparecendo a discriminação entre as duas populações.

A sociedade visigótica, no estabelecimento do seu Estado e com a estrutura política e administrativa que adotou, passou a sofrer transformações na sua organização social. Teve início a formação de uma classe superior, configurando-se a nobreza que começava a incorporar um patrimônio territorial próximo de traços feudais e senhoriais, com alguns reis dependendo desses nobres para organização de forças militares para a guerra em determinadas épocas. Uma curiosidade dos visigodos era a não existência de um exército permanente. Na tradição visigótica todos os homens eram soldados quando necessário, e tanto os nobres como a Igreja tinham que se armar e se colocar à disposição do monarca todos os homens em condições de combater, incluindo seus servos.

O trono despertava a cobiça das famílias mais nobres, pois os visigodos mantiveram a tradição da monarquia eletiva, na qual o rei era eleito por uma assembléia e o cargo proporcionava ao ocupante privilégios senhoriais. Com a organização do novo Estado, tal forma de eleição foi mantida, só a assembléia se transformou numa assembléia de nobres, abrindo a possibilidade para que vários nobres se interessassem em galgar ao cargo máximo.





Isso resultou em várias guerras civis que ocasionaram o enfraquecimento do Estado. Em uma dessas disputas originou-se a sua ruína com a invasão muçulmana em 711 e, com tal política, não foram raros os casos de regicídios.

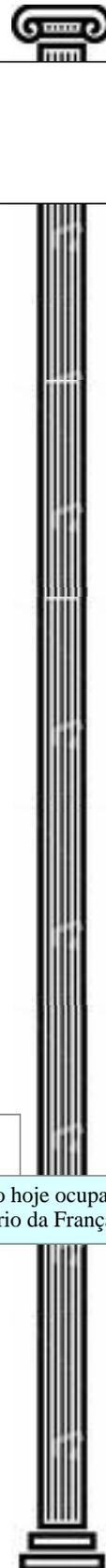
Veja a relação e o período de governo dos reis visigodos:

ATAULFO (414-415)
SIGERICO (415)
WALÍA (415-418)
TEODORETO (418-451)
TURISMUNDO (451-453)
TEODORICO (453-466)
EURICO (466-484)
ALARICO II (484-507)
GESALEICO (507-511)
AMALARICO (511-531)
TEUDIS (531-548)
TEUDISELO (548-554)
AGILA (548-554)
ATANAGILDO (554-567)
LIUVA I (568-573)
LEOVIGILDO (573-586)
RECARDO I (586-601)
LIUVA II (601-603)
WITERICO (603-610)
GUNDEMARO (610-612)
SISEBUTO (612-621)
RECARDO II (621)
SUINTILA (621-631)
SISENANDO (631-636)
CHINTILA (636-639)
TULGA (639-642)
CHINDASVINTO (642-649)
RECESVINTO (649-672)
WAMBA (672-680)
ERVIGIO (680-687)
EGICA (687-702)
WITIZA (702-710)
AKILA (710)
RODRIGO (710-711)
(TERRERO, 1971, p. 53).

Com a invasão muçulmana ocorreu o desaparecimento do Estado visigodo que, para Cortázar, foi o segundo estado espanhol, pois o primeiro foi o romano. Originou-se uma nova época de transformações para o território da Península Ibérica, o Estado muçulmano.



CAPÍTULO VI



MUÇULMANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA

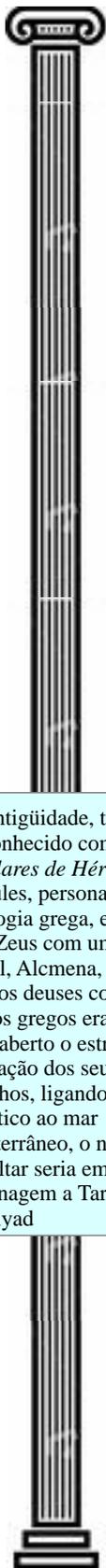
A Para abordarmos a invasão da Península Ibérica pelos muçulmanos, podemos partir de dois pressupostos; primeiro, o debilitamento do Estado visigodo, fruto das disputas internas pelo trono dentro da classe nobiliárquica; segundo, o fenômeno da rápida expansão muçulmana que, a partir da Península Arábica e em um século, fez com que os seus domínios se estendessem da Índia até o Atlântico.

Com relação ao primeiro pressuposto, vamos lembrar a forma eletiva para a escolha do rei no Estado visigodo, que, em diferentes ocasiões, resultou em guerras civis. Na invasão muçulmana repete-se esse fato, pois, na ocasião da morte do rei Vitiza, em 710, seus herdeiros eram menores e isso possibilitou que D. Rodrigo usurpasse o trono, gerando revolta por parte dos defensores de Akila, filho de Vitiza, que, segundo seus simpatizantes, deveria ocupar o trono.

Impossibilitados de provocar o enfrentamento, os partidários dos filhos de Vitiza – também citados como vitizanos – solicitaram auxílio aos berberes no norte da África, região do atual Marrocos, os quais, conquistados e convertidos à religião muçulmana, atenderam ao pedido, atravessando o estreito de Gibraltar e invadindo o reino visigótico, conquistando rapidamente esse território, desmantelando e pondo fim ao Estado visigodo.

Região hoje ocupada pelo território da França

A brevidade com que se desmantelou o reino visigótico da Hispânia se tornou legendária. Por um lado, devemos entendê-la pelo avançado estado de decomposição de suas estruturas. Havia monarquia eletiva que embora enfraquecida era disputada freneticamente pela aristocracia do reino, em virtude dos benefícios patrimoniais que



dela se poderia auferir. Uma sociedade cada vez mais bipolarizada com a contínua ampliação do fosso entre poderosos e humildes. Estes últimos, sofrendo uma dominação demasiadamente opressiva, não hesitaram em prestar sua colaboração aos invasores, diante a possibilidade de um regime mais brando. Diversas pragas afetavam os campos; a moeda desvalorizava e o comércio externo declinava rapidamente. Os rigores legislativos com os quais se pretendia conter a desagregação emperravam no descontentamento dos diversos setores afetados e na ineficiência dos mecanismos que deveriam executá-los. O acirramento de medidas antijudaicas que, dentre outras razões, também pretendiam desviar as atenções dos problemas internos, teve como desenlace o decisivo apoio da comunidade perseguida às tropas invasoras (ANDRADE FILHO, 1989, p. 15).

Com relação ao fenômeno da rápida expansão muçulmana tanto para o Ocidente quanto para o Oriente, chama a atenção a rapidez com que conquistaram tão extenso território. No Ocidente, em cinco décadas conquistaram o Egito até o Marrocos na costa atlântica e, no início do século VIII, a Península Ibérica fará parte de seus domínios.

A proximidade do território peninsular com o norte africano em determinado ponto – separado pelo estreito de Gibraltar - facilitou a passagem de tropas muçulmanas do norte africano para a Península. As conquistas finais de territórios no norte africano foram lideradas por Muza, comandante militar ligado ao califado de Damasco.

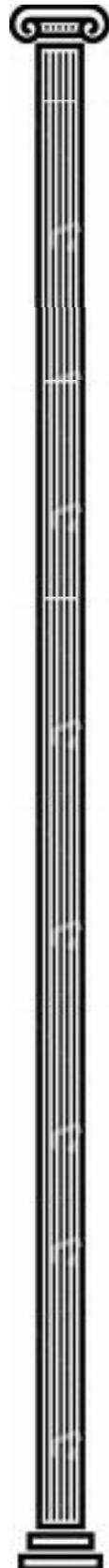
Com estas conquistas, as perspectivas de butim através de informações que receberam dos judeus exilados, oferecia a Espanha estimularam os muçulmanos a atravessar o estreito, animados também pela atitude dos vizitanos que, ao solicitar sua ajuda, justificavam sua presença em novo território. Assim, comandando um corpo de exército composto majoritariamente por berberes, o auxiliar direto de Muza, Tarik, cruzou o estreito em fins de abril de 711 (CORTÁZAR, 1985, p. 51, tradução nossa).

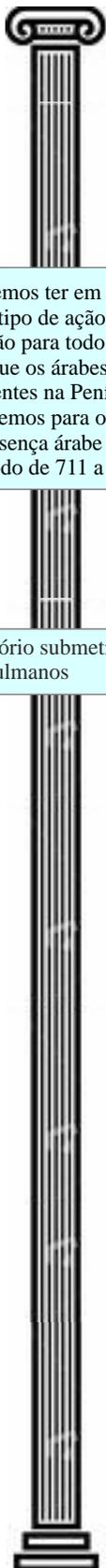
Na Antigüidade, tal estreito era conhecido como *Colunas* ou *Pilares de Hércules*. Hércules, personagem da mitologia grega, era filho do deus Zeus com uma mulher mortal, Alcmena, visto que tanto os deuses como deusas para os gregos eram imortais. Teria aberto o estreito na realização dos seus doze trabalhos, ligando o Oceano Atlântico ao mar Mediterrâneo, o nome Gibraltar seria em homenagem a Tarik – Tariq ibn Ziyad

Auxiliado pelos partidários vitizanos, o comandante encontrou resistência por parte de um exército visigodo na batalha de Guadalete, com vitória muçulmana. Nesse combate ocorreu a morte do rei D. Rodrigo, tendo início a extinção do Estado visigodo. Após tal batalha, Tarik conquistou Córdoba e, logo depois, a capital do reino, Toledo, apoderando-se de grande tesouro. Essas conquistas fizeram com que, no ano seguinte (712), Muza atravessasse o estreito de Gibraltar com um exército constituído na sua maioria por árabes, juntando-se a Tarik. Unidos, os exércitos empreenderam campanhas para o interior e norte peninsular, e em cerca de quatro anos – 711-715 – conquistaram o território peninsular, deixando de ocupar a região norte, embora a visitassem. Talvez por ser uma região de poucos atrativos, fria, úmida, de povo adverso e que economicamente não representava grandes ganhos.

Alguns dados ajudam a compreender a rapidez da conquista. Numericamente inferiores à população peninsular, os muçulmanos souberam explorar habilmente a situação do reino visigótico, estabelecendo acordos, aceitando rendições vantajosas, aplicando fórmulas já testadas em suas conquistas anteriores. A situação dos dominados passou a variar conforme o tipo de submissão que haviam sofrido, ou seja, se haviam resistido ou não. Tarik reinterpreta seu acordo com os vitizanos: concede extenso patrimônio territorial em troca da abdicação de suas pretensões ao trono. A concretização desse acordo deu início a uma série de capitulações, algumas mais favoráveis, outras menos, mas todas implicando a submissão dos invasores (ANDRADE FILHO, 1989, p. 16).

A fixação dos muçulmanos na Península e o contínuo deslocamento de populações do norte africano facilitou a incorporação daqueles indivíduos ao território. Essa fixação não se deu sem contratemplos, visto as diferenças culturais e étnicas entre árabes e berberes, e as





Devemos ter em mente que esse tipo de ação não foi padrão para todo o período em que os árabes estiveram presentes na Península, atentemos para o detalhe que a presença árabe abrange o período de 711 a 1492

território submetido pelos muçulmanos

disputas para definir em quais áreas cada povo se estabelecerá, pois sua união estava baseada na religião. Essa convivência conheceu, em diferentes momentos, conflitos que se converteram em guerras civis.

Uma das características importantes da ocupação árabe foi que não houve a imposição da conversão em massa para o islamismo, com tolerância e permissão da prática de cultos dos cristãos e judeus.

Nesse longo período de quase oito séculos, os quais aqui seria impossível abordar em maiores detalhes, o regime político imposto pelos dominadores muçulmanos apresentou, em diferentes momentos, diversas características. Assim, distingue-se, nas décadas iniciais, a situação da Península como um valiato de Damasco, que assim permaneceu até 756.

É preciso entender tais mudanças de forma sucinta, pois não há espaço para aprofundamento e o objetivo é dar a conhecer diferentes períodos políticos da Península muçulmana ou, como a denominavam os árabes, AL-ANDALUZ.

Esses períodos ou momentos estiveram ao longo de quase oito séculos assim divididos: Valiato (714-756); Emirado Independente de Córdoba (756-929); Califado de Córdoba (929-1031); Primeiras Taifas (1011-1110); Império Almorávida (1077-1147); Segundas Taifas (1143-1203); Império Almohada (1145-1265); Terceiras Taifas (1224-1266); Reino de Granada (1238-1492).

Observamos que a Península muçulmana passou por diferentes sistemas políticos. O valiato compreendeu as décadas iniciais do domínio com a tomada de posse, o assentamento dos invasores em diferentes regiões e a organização administrativa do território.

O emirado assumiu outra característica, foi fruto de uma disputa política com massacres em Damasco, califado

em relação ao qual a Península estava submetida. Quando da conquista da Península, em Damasco reinava a família Omeia ou Omíada, e esta foi massacrada pelos Abássidas,



Vem de Omeia ou Omaia, bisavô de Moavia I, fundador da dinastia e que foi um dos primos do profeta Maomé. Esta dinastia governou entre 661 e 750.

sendo que um dos príncipes conseguiu fugir e dirigiu-se para o Ocidente, chegando até Marrocos. O príncipe, chamado Abd-al-Rahman, entrou em contato com partidários da sua família na Península e, no ano de 755, lá desembarcou e em 756 venceu o governante local na batalha de Alameda e foi proclamado Abd-al-Rahman I, fundando o Emirado Independente de Córdoba (756-929) e livrando-se do domínio de Damasco. Durante seu reinado enfrentou resistência dos enviados de Damasco e dos cristãos que estavam se organizando no norte peninsular no movimento que ficou conhecido como *Reconquista*, assunto que veremos mais a frente. Mesmo assim, realizou um bom governo, reorganizando a administração na Península e consolidando seu poder.

Segunda dinastia árabe que destronou a Omíada. O nome Abássida originou-se de *Abdu – Al-Abas*, primeiro chefe a revoltar-se contra Damasco e primeiro califa da nova dinastia.

Na segunda década do século XX, Abd-al-Rahman III assumiu o título de Califa (sucessor do Profeta), unindo o poder político ao religioso, surgindo o Califado de Córdoba. Com campanhas militares, enfrentou cristãos e também no norte africano criou bases para a defesa da Península contra grupos que estavam se organizando e podiam colocar em risco seu domínio.

A época do califado de Córdoba (926-1031) corresponde ao mais estável período da civilização hispano-muçulmana. A prosperidade econômica retomada e a adoção do despotismo militar alicerçam o aparelho estatal. O exército e a administração vão se destribalizando. Tropas mercenárias e escravas servem o califa: cristãos, berberes, convertidos, clientes, escravos vão ocupando postos no governo, esvaziando a supremacia árabe (nobreza de sangue) e compondo uma “nobreza de serviços”. A península ganha



grandes obras de arte: a mesquita de Córdoba recebe um imponente minarete; constrói-se a “cidade real” de Medina al-Zahra (ANDRADE FILHO, 1989, p. 18).

A cidade de Córdoba é chamada por Jose Terrero de *ornamento do mundo* e María Rosa Menocal destaca tal cidade como a capital cultural e econômica do mundo europeu. Fonte de admiração em todos os sentidos, eram realizadas visitas de embaixadores cristãos, que vinham conhecer a cidade com seus encantos arquitetônicos e culturais.

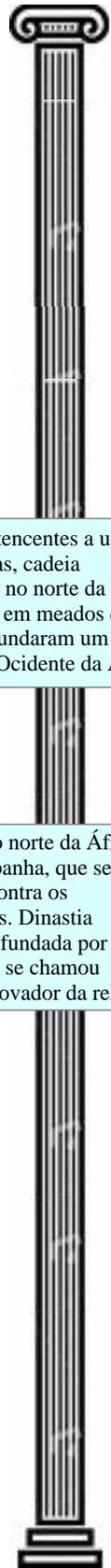
A rica multiplicidade de atitudes acerca da cultura e a opulência intelectual que a Al-Andaluz representava pode ser simbolizada pela biblioteca do califa, que tinha cerca de quatrocentos mil volumes (apurados em uma contagem), em uma época em que a maior biblioteca do mundo cristão não contava com mais de quatrocentos manuscritos. A biblioteca do califa em Córdoba era apenas uma dentre as setenta bibliotecas da cidade, onde os livros tinham tanto prestígio que um relato da época revelou que lá havia setenta copistas no mercado de livros que trabalhavam exclusivamente copiando o Alcorão [...] somente os catálogos da biblioteca de Córdoba chegavam a quarenta e quatro volumes, e esses continham informações das bibliotecas acerca de aproximadamente seiscentas mil obras [...] Os andaluzes graças a seu intercâmbio com Bagdá, que tanto valorizou a tradução dos gregos, também acolhiam em suas bibliotecas obras havia muito perdidas no resto do mundo latino no ocidente e outras ainda por eles desconhecidas no século X (MENOCAL, 2004, p. 45-46).

Entre as contribuições muçulmanas para a cultura na península, destaca-se o estabelecimento da primeira fábrica de papel na cidade de Xativa, por volta de 1094. No período chamado de esplendor califal para Córdoba, também foi construída a cidade de Madinat al-Zahra – a Versalhes de Córdoba – que isolou o governante do restante da

população. Para Menocal, o califado de Córdoba foi vítima da própria grandeza. Essa cidade califal foi invadida e destruída em 1009, dando início à decadência do califado. Essa decadência foi provocada por disputas internas entre os próprios muçulmanos, fruto de desentendimentos com berberes do norte africano os quais se apresentavam mais conservadores e fundamentalistas em termos religiosos.

No ano de 1031, ocorreu a dissolução do califado quando grupos dividiram o território peninsular em zonas de influência, surgindo os chamados reinos de Taifas em árabe – facção ou partido. Essas divisões, para alguns, compararam-se a uma feudalização da península muçulmana, que ficou dividida em uma série de pequenos reinos autônomos.

A partir desses acontecimentos, o território peninsular sob domínio muçulmano conheceu períodos de centralização do poder com o domínio dos Impérios Almorávida (1077-1147) e Almohada (1145–1265), intercalados por novos períodos de reinos de Taifas, sobrevivendo apenas o Reino de Granada, entregue aos reis católicos Fernando e Isabel em 1 de janeiro de 1492. Com isso caiu o último reduto muçulmano da Península pondo fim à sua presença que, como vimos, perdurou de 711 até 1492.



Pessoas pertencentes a uma tribo de Atlas, cadeia montanhosa no norte da África, que, em meados do século XI, fundaram um vasto império no Ocidente da África.

Príncipes do norte da África e parte da Espanha, que se rebelaram contra os Almorávidas. Dinastia marroquina fundada por Ibne Fumart, que se chamou Almadi, renovador da religião.



RECONQUISTA

Para iniciarmos este capítulo, retornaremos ao início do anterior. Como citamos no Capítulo VI, os muçulmanos invadiram a Península Ibérica em um momento de distúrbios e de disputa sucessória no Estado visigodo.

Na invasão, os muçulmanos encontraram resistência oferecida pelo rei D. Rodrigo na batalha de Guadalete (711). O rei morreu nessa batalha, abrindo caminho para que o restante da Península fosse dominado pelos invasores. A seguir ocorreram os acordos e rendições por parte dos hispano-visigodos, o que permitiu que a maioria permanecesse em seus territórios dando continuidade às suas atividades.

Ocorre que um grupo de nobres, alguns homens da Igreja com os seus servos e outras pessoas não aceitaram ficar sob o domínio árabe e retiraram-se para a região montanhosa do norte peninsular conhecida como Astúrias. A partir desta região iniciaram um movimento de resistência aos invasores muçulmanos, movimento este que ficou conhecido como Reconquista.

Esse grupo que se deslocou para o norte peninsular tinha como líder um nobre da corte de D. Rodrigo, chamado D. Pelayo, também citado como Pelagio. Essa população estava assentada na região norte, que os visigodos não dominaram e com a qual não mantinham contato regular. Tinham estabelecido uma zona fronteira com postos militares para vigiar ações e impedir avanços sobre seu território, e é nesse local que os visigodos agora conviverão.



As informações sobre os primeiros anos de convivência dos visigodos com os astúrios não ficam claras, mas por volta do ano de 718, em uma reunião de chefes tribais, Pelayo conseguiu assumir a liderança para comandar as hostilidades contra os muçulmanos. Perto do ano de 722, os comandados de Pelayo obtiveram uma vitória contra os muçulmanos na batalha ou pequena escaramuça de Cavadonga. Sobre esse combate existem divergências com relação ao número de participantes, desde um ataque a uma patrulha muçulmana perdida nas montanhas até uma batalha envolvendo milhares de pessoas. O importante é que o resultado dessa foi explorado pelos partidários de D. Pelayo que aproveitaram o fato para exaltar a sua liderança militar e política.

O paulatino domínio da situação por parte de Pelayo permitiu introduzir naquela zona outros modos de vida; em princípio, um novo estabelecimento no vale – Cangas de Onis – que substituiria os antigos das montanhas, o que acompanhou um processo de cristianização dos astúrios. Este progressivo domínio servia para restabelecer, em benefício da minoria refugiada, uma situação de privilégio de que gozara ao sul das montanhas; não se tratava de restaurar 'o reino dos godos', como os exaltados cronistas posteriores escreveram, senão – uma vez salvada a vida – recuperar o antigo status. Para isto era necessário um duplo processo: dominação do território do novo reino e o doutrinação de seus habitantes. Esta foi a tarefa em que se empenharam os sucessores de Pelayo, correspondendo a Afonso I a realização da primeira parte, enquanto que Afonso II levou a cabo a segunda (CORTÁZAR, 1985, p. 129, tradução nossa).

Com respeito à religião, a Igreja foi a instituição mais atingida pela invasão muçulmana, e consolidou sua posição no final do século VIII e início do IX, no reino asturiano, quando três fatores contribuíram para isto.

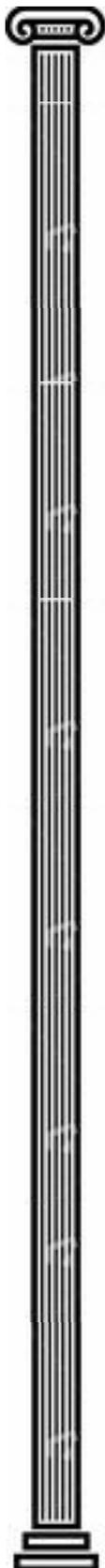
Primeiro, o surgimento, na cidade de Toledo, da heresia adopcionista que considerava Cristo homem como filho adotivo de Deus que originou debates e reuniões eclesíásticas para debelá-la.

O segundo ocorreu no começo do século IX, a identificação do túmulo do apóstolo São Thiago, na região de Compostela, dando origem a um centro de peregrinação famoso até os dias atuais, Santiago de Compostela. O estabelecimento deste centro muito colaborou para o desenvolvimento da região visto que ocasionou deslocamentos constantes de várias regiões da Europa em sua direção dando origem ao caminho que corta o norte da hoje Espanha, e se tornou um famoso trajeto turístico e de peregrinação ainda hoje significativo.

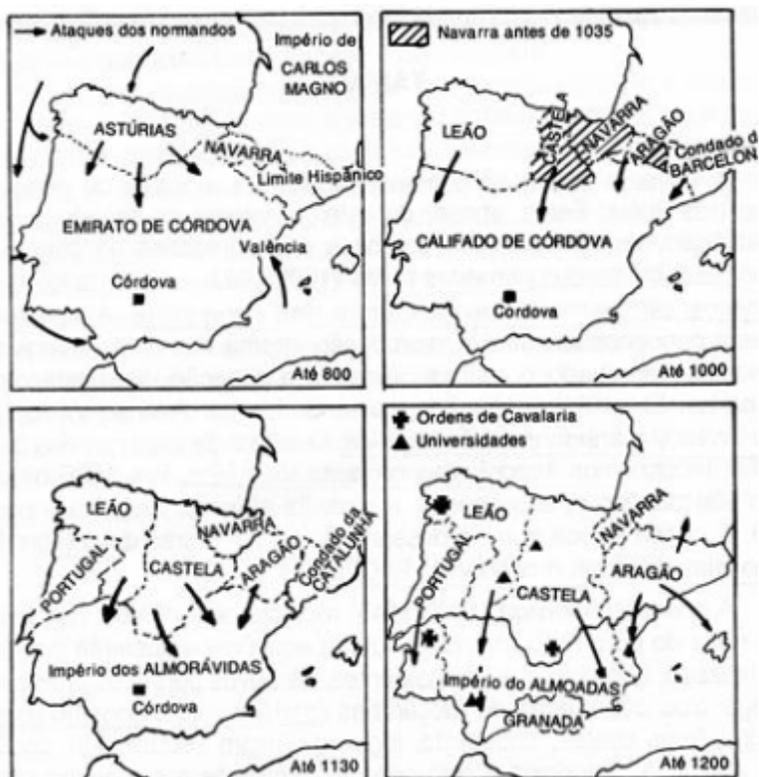
O terceiro momento que colaborou com o fortalecimento da Igreja está vinculado às ações do reinado de Afonso II, o Casto, na primeira metade do século IX. Esses fatos contribuíram na consolidação do reino das Astúrias, cabendo aos sucessores a continuidade da sua ampliação.

Os sucessores de Pelayo deram continuidade à expansão do território inicial, estendendo as fronteiras e, com o passar do tempo, através de questões sucessórias, deu-se o surgimento de novos reinos como Leão, Castela, Navarra, Aragão e outros que ficaram conhecidos como reinos cristãos. Entre estes reinos estava, no século XII, Portugal.

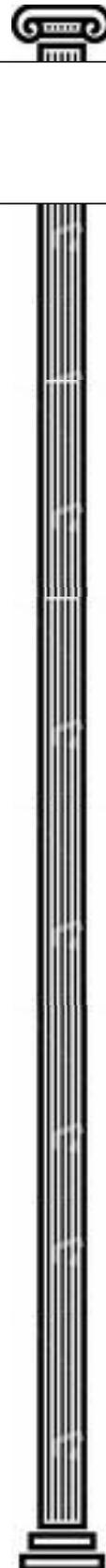




Mapa 5



Fonte: Andrade Filho, Ruy. *Os mulçumanos na península ibérica*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 19



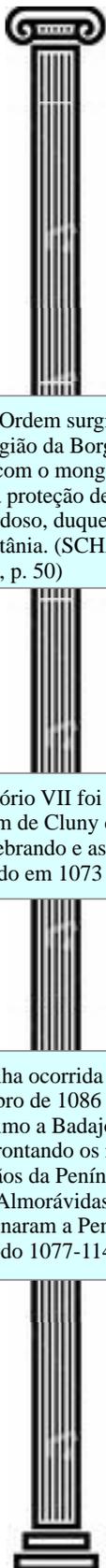
PORTUGAL

*“Mergulha na noite dos
tempos a existência do
homem na parte
ocidental da Península
Ibérica”.*

(Joaquim Veríssimo Serrão)

Um povo que há mais de oito séculos existe como estado independente, quase com a naturalidade com que respira, e desde os finais do século XIII mantém inalterados os marcos do seu lar. Formou-se sobre a ossatura da rede viária romana, em volta de um porto que lhe deu o nome; mas saindo e ficando nas serras. Cortou com seus irmãos de língua e religião, indo integrar para sul gentes de outra civilização; e nessa descida constela-se ao redor de outro porto Lisboa, embora o espaço nacional seja configurado pelos castelos e concelhos. Depois, as vilas vencem os castelos, os senhores desligam-se em parte da função militar, e como proprietários fundiários marcam a paisagem com os solares, enquanto mercadores e artífices, tão-só e uma ou duas cidades mas em todo o conjunto de vilas, mercantilizam a sociedade e a civilização, englobando os próprios cavaleiros e eclesiásticos. As gentes embarcam constantemente a construir impérios tenazes mas que os tempos derrubam, e constantemente partem a repartir-se em pedaços pelo mundo, para de crise em crise regressar ao torrão ou altar para outros cantos do globo (GODINHO, 1990, p. 9).

Portugal formou-se durante o período da Reconquista, como já abordamos em outro tópico. A Reconquista foi um



movimento de resistência aos muçulmanos que, a partir do reino das Astúrias, foi se ampliando ao longo dos séculos, reconquistando os territórios aos invasores muçulmanos.

No governo de Afonso III, a capital do reino das Astúrias mudou de Oviedo para a cidade de Leão, com isto o reino tomou o nome desta, surgindo no lugar do reino das Astúrias o reino de Leão.

No trabalho de ampliação dos territórios, que passou a ter espírito de cruzada, uma ordem religiosa de grande poder na época, a Ordem de Cluny,

Esta Ordem surgiu na França na região da Borgonha em 910 com o monge Bernón sob a proteção de Guilherme, o Piedoso, duque da Aquitânia. (SCHACTAE, 2002, p. 50)

deu início a um trabalho de convencimento de nobres franceses para que se deslocassem para a Península Ibérica para lutarem ao lado dos reis cristãos contra os muçulmanos, pois esses eram os mesmos inimigos que os cruzados estavam combatendo no Oriente Médio.

Gregório VII foi o monge da ordem de Cluny chamado Hildebrando e assumiu o papado em 1073

Os monges de Cluny, empenhados na execução da política do Papa Gregório VII (Reforma Gregoriana)

aceleram o processo da reconquista ibérica, incitando os monarcas cristãos na luta contra os muçulmanos. O desastre de Zalaca (1086)

Batalha ocorrida em 23 de outubro de 1086 em Sagrajas, próximo a Badajoz, Espanha, confrontando os reinos cristãos da Península Ibérica e os Almorávidas que dominaram a Península no período 1077-1147

fez com que D. Afonso VI voltasse suas vistas para a França e precipitasse a vinda para as regiões ibéricas de cavaleiros franceses impregnados do espírito cluniacense de cruzada. A presença da ordem de Cluny em terras ibéricas já se manifestara anteriormente, pelo casamento de D. Afonso VI com Constança de Borgonha sobrinha do abade Hugo de Cluny (GALLI, s/d, p. 14).

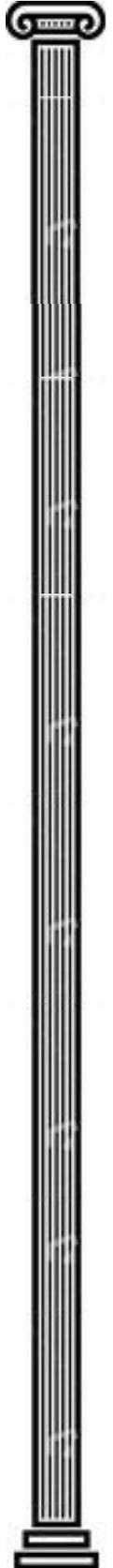
Dentre estes nobres franceses, dois pertenciam à região da Borgonha: D. Raimundo e D. Henrique. Segundo consta eram primos e vieram lutar ao lado de Afonso VI, rei de Leão, conquistando a confiança do monarca.

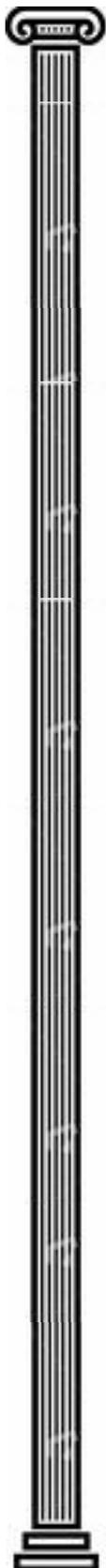
Viera-lhe a autoridade militar dos serviços prestados pelos anos de 1090 e que D. Afonso VI quis recompensar com a mão da infanta D. Urraca. Não é de crer que D. Raimundo tivesse chegado à Península na expedição de 1087, se a mesma teve lugar, mas tudo permite supor que já estava na corte leonesa em 1089. Quanto a D. Henrique de Borgonha, que se dá sem prova documental como seu primo ou parente, chegou pelo ano de 1094, e os serviços prestados na guerra contra os Almorávidas levaram o monarca a entregar-lhe o governo das terras do Minho ao Tejo. A nomeação deve ligar-se ao insucesso de D. Raimundo, cujo governo ficou confinado à Galiza, não sendo de manter a opinião tradicional de que a ação de D. Henrique esteve ligada à do primo, pois exerceram-se em campos diferentes da política leonesa (SERRÃO, 1978, p. 75-76).

Estes dois nobres franceses receberam em casamento duas filhas de Afonso VI. D. Raimundo casou-se com a filha legítima, D. Urraca, tornando-se administrador do território da Galiza. D. Henrique casou-se com a filha bastarda, ilegítima, Teresa respondendo pela administração do Condado Portucalense, citado também como Condado Portucalensis.

A forma de doação dos territórios é discutida pelos historiadores portugueses, entre doação definitiva e hereditária ou uma concessão temporária. A administração do Condado Portucalense por D. Henrique e D. Teresa fica obscura por falta de documentação.

Quase tudo se ignora acerca dos últimos anos do conde D. Henrique. Ao redor de 1109 deve ter nascido o príncipe D. Afonso, futuro rei, o que pode confirmar-se pela existência de diplomas que o conde assinou no primeiro trimestre do ano anterior (SERRÃO, 1978, p. 78).





Ainda com relação aos nobres franceses, dos casamentos entre seus filhos nasceram dois futuros reis. O filho de D. Raimundo e D. Urraca chamou-se Afonso Raimundo – futuro Afonso VII de Leão. E o filho de D. Henrique com D. Teresa chamou-se Afonso Henriques – futuro Afonso I de Portugal.

D. Henrique morreu em 24 de abril de 1112, assumindo a regência do Condado a viúva D. Teresa, por conta da menoridade de Afonso Henriques. A convivência da regente com o nobre galego D. Fernão Peres de Trava despertou rivalidades na nobreza do condado, formando-se duas facções que passaram a rivalizar na influência sobre os governantes – mãe e filho.

Desta rivalidade surgiu um conflito que acabou culminando na independência de Portugal do reino de Leão. Esta independência foi conquistada através de alguns eventos e datas que marcaram a história:

Batalha de São Mamede – 24 de junho de 1128, entre as tropas que apoiavam D. Afonso Henriques e as que apoiavam sua mãe D. Teresa. Com a vitória de D. Afonso, sua mãe foi obrigada a deixar as terras do Condado Portucalense. A partir deste evento D. Afonso Henriques passou a assinar documentos como Rei.

Batalha de Ourique – 25 de julho de 1139, vitória dos comandados de D. Afonso Henriques contra os muçulmanos. Segundo a tradição, ele foi aclamado em pleno campo de batalha como Rei de Portugal e, conforme a lenda, recebeu um sinal divino de Cristo anunciando sua vitória na batalha. Esta é a data oficial comemorada em Portugal para sua independência.

Paz de Zamora – em 1143, após alguns conflitos entre Afonso VII de Leão e Afonso I de Portugal (primos), com a intervenção e mediação de autoridades religiosas foi conseguida a paz entre os monarcas, com Afonso VII de Leão reconhecendo a independência do Condado Portucalense e a realza de Afonso I.

Bula Manifestis Probatum – 23 de maio de 1179, através da qual o Papa Alexandre III conferiu a D. Afonso I o título de *Rex Portucalensis*. Surgia na Europa mais um reino cristão para fortalecer o combate aos muçulmanos na Península.

Com este ato se concretizou a independência do reino de Portugal. D. Afonso I morreu em 8 de dezembro de 1185, sendo sucedido por seu filho D. Sancho I. Estabelecido e reconhecido como reino independente, coube aos monarcas e seus auxiliares organizarem administrativa, econômica e socialmente o reino. Para melhor analisarmos como isso ocorreu, dividiremos os conteúdos em tópicos enfocando os assuntos por séculos, assim, estudaremos primeiro os séculos XII e XIII nos quais o reino se estruturou.

1. ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE, SÉCULOS XII E XIII

A monarquia portuguesa ficou estabelecida na figura do filho varão primogênito evitando que surgissem disputas entre os herdeiros do rei.

Desde o início da monarquia que a figura régia ocupou o lugar cimeiro da administração, tendo recebido esse princípio da tradição visigótica. Se os reis exerciam o poder em nome de Deus, a sucessão respeitava a norma hereditária na pessoa do filho varão primogênito, o que concedia à realeza marcado caráter religioso e jurídico. Também o papel militar dos reis leoneses impunha a sua autoridade, sendo as armas que definiam fundamentalmente a sua jurisdição. A nobreza aceitava, deste modo, a chefia do filho ou parente mais chegado ao monarca anterior, o que não impediu por vezes, na rivalidade de grupos ou



facções, de por entraves ao princípio sucessório que o Direito ia revigorando (SERRÃO, 1978, p. 151).

Observemos que os autores, para esta época da monarquia portuguesa, citam leoneses e até visigodos, devido o reino ter origem em Leão e a sociedade da Reconquista em sua organização inicial – o reino das Astúrias – ser obra da população refugiada visigoda aliada às populações locais, mas a predominância acabou sendo dos visigodos.

Com a adoção desses princípios os reis portugueses passaram a gozar de amplos poderes, sendo estes também baseados no apoio do alto clero e da nobreza. Desta forma o Rei exercia os principais cargos do reino como: juiz supremo e administrador do poder econômico, em que definia valor metálico da moeda.

Quitar ou levantar a moeda alterando a liga metálica para depreciar e subir o seu valor nominal

Esta definição e alteração das moedas causava transtornos para o Estado em contato comercial com outros reinos. A formação do Estado português e a ampliação de suas fronteiras ocorreram com grande presença de muçulmanos da Península, o que levou os reis portugueses, em vários momentos, a se defrontarem em disputas e conquistas territoriais. Essa situação fez com que a capital do reino só fosse definida pela cidade de Lisboa em 1255 ou 1256 durante o reinado de D. Afonso III.

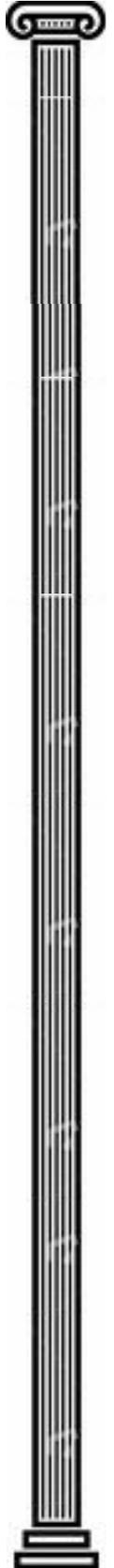
Até esse momento as cortes portuguesas eram itinerantes, ocasionando constantes deslocamentos das mesmas. Nesses deslocamentos o rei gozava do direito de aposentadoria (aposentos) e nos locais onde a corte se instalava as autoridades tinham que providenciar cômodos e alimentação para o monarca e sua comitiva. Serrão lista uma série de itens que motivavam esses deslocamentos como:

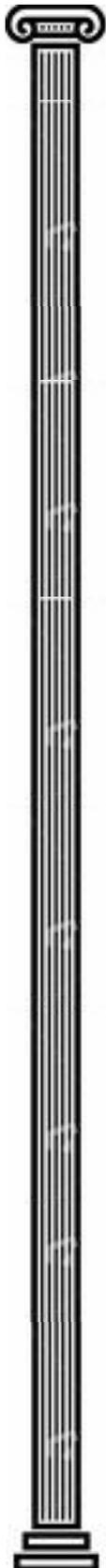
A necessidade de administração e justiça para cobrir as maiores áreas do País; o receio de epidemias e a busca de lugares de maior conforto e abundância; e a convocação de novas Cortes, antecipada de alguns meses, que permitisse ao monarca ouvir os vários estados do Reino (SERRÃO, 1978, p. 152).

Esses deslocamentos explicam, nos primeiros tempos de Portugal, a reunião das cortes em locais diferentes como Cortes de Leiria, Cortes de Santarém, Cortes de Lisboa, Cortes de Coimbra e outras localidades.

A estruturação do reino fez com que órgãos fossem organizados para auxiliar e dirigir as diversas atividades do monarca. Foram criados um Conselho e uma Chancelaria. Não existiam normas fixas para o funcionamento do Conselho: quando havia algum acontecimento ou determinação, o rei reunia prelados, ricos-homens e nobres que se encontravam na corte não constituindo cargo efetivo desses participantes. Isto só irá ocorrer com a dinastia de Avis que subiu ao poder no final do século XIV. Já a Chancelaria contava com uma estrutura de cargos fixos, dos quais faziam parte o chanceler, que ocupava o mais alto cargo na administração abaixo do monarca; o notário, que validava a documentação; e o escriba, responsável pela redação dos documentos.

As Cortes se constituíram em grande assembléia, na qual as decisões mais importantes eram tomadas. Suas origens remontam à antiga tradição visigótica das cúrias ou concelhos, com a participação – como nos concelhos – de nobres e clérigos de alto escalão. Nessa composição a maior participação cabia ao clero, pela tradição e domínio da questão espiritual e cultural, discutindo e emitindo parecer em todos os assuntos. Já para a nobreza, pela sua importância nas armas, cabiam questões da administração civil e dos conflitos com os muçulmanos. Alerta Serrão que





essas cúrias não podem ser confundidas com as Cortes, pois representavam realidades políticas e sociais diferentes. As cúrias foram a origem, mas as Cortes se estruturaram de acordo com as especificidades de cada região ao longo dos séculos tomando uma conformação própria.

Para Portugal, os primeiros documentos apontam como primeira reunião deste gênero as Cortes de Braga, de 1211, quando D. Afonso II assumiu o trono como sucessor de Sancho I. Anterior a esses monarcas não se encontra documentação que venha comprovar reunião semelhante, embora se avenge a possibilidade de ter ocorrido uma reunião das Cortes de Lamego, em 1143, mas os documentos que comprovariam sua realização são considerados apócrifos. “Mas as Cortes de 1211 revestem especial significado para a história do Direito Público, por nelas se terem aprovado as primeiras leis gerais que se conhecem no Reino” (SERRÃO, 1978, p. 156).

Ainda com relação às Cortes, destaque-se que a partir das Cortes de 1254 encontra-se a participação dos procuradores do povo, representados por pessoas que pertenciam à nascente classe burguesa em Portugal, a qual abordaremos em outro item com mais profundidade, e que nos séculos futuros exercerá grande influência em vários acontecimentos do reino.

Além da classe burguesa, outras classes foram surgindo na organização do Estado, originando uma divisão entre as mesmas, que ficaram conhecidas como Estados.

1.1. CLASSES SOCIAIS

Na organização da sociedade portuguesa, nos séculos iniciais, surgiram classes sociais ou três Estados divididos em categorias distintas. Tomando como base Serrão, a sociedade portuguesa desse período se encontrava dividida, portanto, em três Estados.

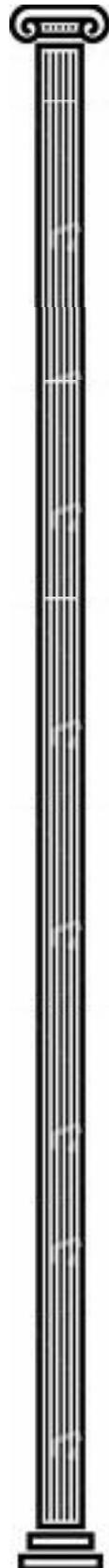
A) PRIMEIRO ESTADO: O CLERO

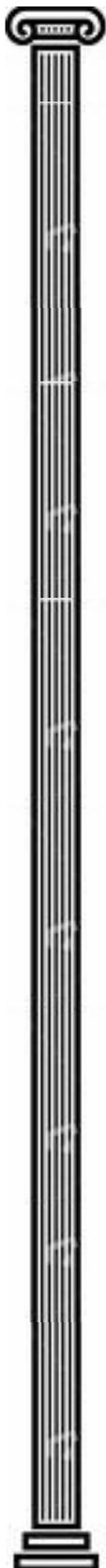
Como já citamos anteriormente, desde o início da formação dos chamados Reinos Cristãos a Igreja gozou de grande influência junto às sociedades, adquirindo poder político, econômico, benefícios e mantendo o monopólio religioso e de acesso à cultura.

Provinha a riqueza da classe eclesiástica das doações que recebia por mercês e testamentos, concorrendo para a melhoria do seu estado os monarcas, os nobres e outros estratos sociais abastados. Foi assim que a Igreja reuniu avultados bens, a que costuma chamar de mão-morta, por estarem vinculados ao desejo de testadores ou instituidores. Para a defesa dos seus privilégios senhoriais, os membros do clero não podiam aceitar as imposições da coroa em matéria de fiscalização da justiça e dos impostos, pelo que muitas vezes reclamaram para Roma contra o que consideravam um abuso da autoridade régia (SERRÃO, 1978, p. 161).

Esse poder, a autonomia e isenções das quais a Igreja gozava geraram conflitos entre a coroa e a hierarquia católica, culminando na excomunhão de reis, e esses impasses eram solucionados com acordos entre os representantes do rei e do Papa. Essa condição de proeminência dos membros da hierarquia reservava aos mesmos altos cargos na administração, ocupando cargos no governo como o de chanceler, e como conselheiros dos reis, acompanhando-os nos deslocamentos das cortes. Acrescente-se, as administrações das dioceses e paróquias em todas as regiões. Essa organização da Igreja estava dividida em três categorias:

O clero secular – composto pela hierarquia em suas dioceses, igrejas e capelas. Gozava de foro privilegiado, tinha isenções de impostos, usufruindo do que era produzido





nas suas extensas propriedades, as quais eram frutos de doações. Essa facção do Primeiro Estado usufruía de todas as vantagens, quer administrativas quer religiosas, e era formada pela hierarquia eclesiástica que comandava a estrutura composta por igrejas e capelas, com seus cônegos e presbíteros que cuidavam da manutenção e administração, compondo uma classe de grande poder no Estado português ao longo dos séculos e que acompanhará, a partir do século XV, as navegações no processo da grande expansão de Portugal rumo ao Ocidente e Oriente se fazendo presente em todos os futuros domínios.

O clero regular – ordens religiosas sujeitas a regras especiais, vivendo separadas da sociedade, enclausuradas em mosteiros e conventos e que, com seus trabalhos, contribuíram como um dos motores espirituais da conquista do território.

As ordens militares – tiveram grande participação na conquista e povoamento do reino. A contribuição das ordens na Península remonta ao reino de Leão, quando os monarcas receberam ajuda dessas ordens. Em Portugal, o primeiro rei, D. Afonso I, recebeu ajuda de ordens militares para a conquista e povoamento de regiões. Esse trabalho era realizado pelas ordens militares que recebiam dos monarcas a administração dos territórios e castelos conquistados como forma de premiação pelo trabalho realizado, assegurando a manutenção e o domínio. São apontadas como responsáveis pelo surgimento de regionalismos em Portugal, visto que as ordens tinham origem em diferentes regiões da Europa, mantendo nas novas regiões seus costumes e culto aos santos padroeiros de origem, repassando sua adoração para a população.

Entre essas ordens destacaram-se os Templários, com origem nos lugares santos na época das cruzadas, foi a primeira ordem a participar em território peninsular e também do ainda Condado Portucalense. Tiveram grande

participação na conquista do território português e quando da sua extinção, em 1312, pelo papa Clemente V, influenciado por Felipe IV da França (Felipe o Belo), o rei português D. Dinis aproveitou o patrimônio dos Templários criando uma nova ordem, a *Ordo Militae Jesu Christo*, Ordem de Cristo, através da bula *Ad ae exquibus*, de 15 de março de 1319, do papa João XXII. A criação da Ordem de Cristo foi a forma encontrada por Portugal para livrar-se da influência da Ordem do Hospital ou Hospitalários. A Ordem de Cristo se tornou a mais importante de Portugal e esteve sob seus cuidados o processo de expansão dos portugueses a partir do século XV.

Ordem do Hospital ou Hospitalários, também conhecida como dos Freires de São João de Jerusalém, lutou ao lado de reis leoneses e colaborou com o Conde D. Henrique.

Ordem de Calatrava, de origem castelhana, no início do século XIII fixou-se na localidade de Avis, originando a Ordem de Avis, que no século XIV deu nome a uma nova dinastia monárquica em Portugal. Para alguns historiadores a ordem foi implantada em Portugal por D. Afonso I, e por seguir as Ordens de S. Bento também era conhecida como Ordem de São Bento de Avis.

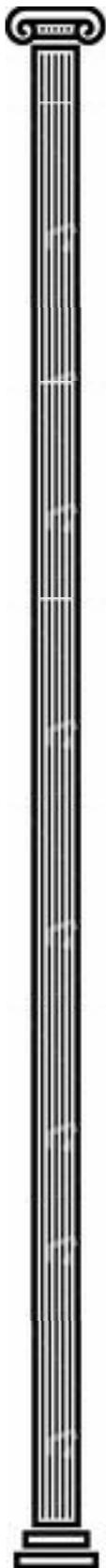
Ordem de Sant'iago da Espada, também conhecidos como Espatários. De origem leonesa, criada no século XII, voltou-se mais tarde para a exploração do mar, gozando de privilégios para tal atividade.

Sucintamente, era assim que estava formado, em Portugal, o Primeiro Estado da sociedade.

B) SEGUNDO ESTADO: NOBREZA

Formada por pessoas que detinham o domínio militar e a aristocracia da terra. “As suas raízes assentavam, em grande parte, na linhagem da monarquia visigótica, tendo-se ampliado no tempo da Reconquista Cristã, quando





se galardoaram os feitos de armas com a doação de terras, a alcaidaria dos castelos e o exercício de cargos da administração” (SERRÃO, 1978, p. 178).

Essa nobreza adotou o sistema do morgadio, ou seja, da terra indivisível, baseando a sucessão no filho varão primogênito, filho mais velho, evitando dessa forma o fracionamento do patrimônio territorial. Na divisão desse estado encaixavam-se os seguintes extratos: Fidalguia – era o mais alto escalão, cada um de seus integrantes era também conhecido como rico homem. Pela sua proximidade com o monarca, cabia-lhe, através de determinações reais, a defesa e a administração de territórios, tomava o caráter de líder regional sendo que seu patrimônio era formado por grandes extensões territoriais fruto de doações do monarca como prêmio dos serviços militares prestados. Usufruíu o direito de usar o título de Dom. Na seqüência encontrava-se o *Enfançom* (Infanções) – estava dentro da escala social sem direitos a cargos administrativos e militares. Diferente do Fidalgo, não tinha direito a mercês régias, ou seja, prêmios por feitos militares e outras ações, dependendo o merecimento da vontade do monarca. Formavam a chamada baixa nobreza rural. Por último, os Cavaleiros estão incluídos nesse estado, mas formavam um grupo a parte, visto que pertenciam às Ordens de Cavalaria, das quais já tratamos. Obedeciam aos princípios da sua confraria, à qual prestavam juramento em cerimônia especial para sua armadura e faziam juramento de obediência aos seus princípios e normas.

C) TERCEIRO ESTADO: POVO

Abrangia o restante da população, como moradores urbanos e rurais. Compunham este quadro as seguintes categorias: Cavaleiros Vilãos – eram pequenos proprietários que se configuraram no início da formação do reino quando ocuparam as terras devolutas. Deviam obedecer a qualquer

chamamento do monarca para auxiliar nas atividades militares obrigatórias. Dessa atividade somente os isentaria a incapacidade física, mesmo assim, ficavam obrigados ao pagamento do imposto da fossadeira, em gêneros ou dinheiro.

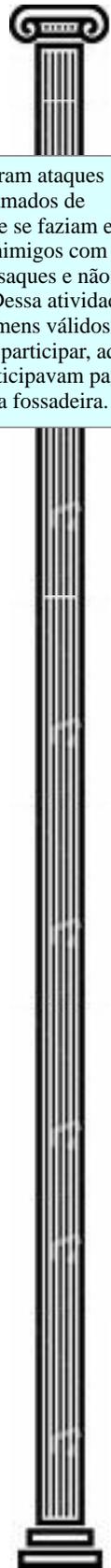
Em seguida estavam os Peões, pequenos produtores rurais que tinham posse de pequenas extensões de terra, como os outros eram obrigados à prestação de serviço militar e, por não possuírem cavalos, iam para a guerra a pé, portando piques, pequenas lanças de madeira, por isso eram chamados de piqueteiros. Foram incluídos nesse grupo os pequenos comerciantes, e essa classe estava sob a pressão de uma grande carga tributária.

Conforme o exposto podemos, nessa rápida abordagem, ter uma noção dos dois primeiros séculos da existência de Portugal, quando estruturou-se o seu Estado. Partiremos agora para o século XIV, de grande importância para a seqüência da afirmação do Estado português e para a base de sua expansão.

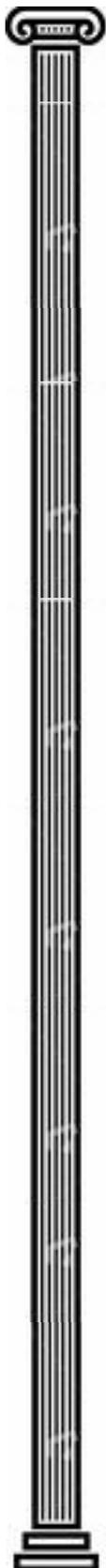
2) O SÉCULO XIV

O século XIV, para Portugal, caracteriza-se como atípico, pois iniciou-se com prosperidade em todos os setores, fruto dos governos da segunda metade do século XIII, nas gestões de D. Afonso III e seu sucessor e filho D. Dinis, e terminou com uma crise política e a quase perda da sua independência, quando correu o risco de ser absorvido por Castela, o que gerou guerras entre os dois reinos. Fruto dessa política houve uma guerra civil (1383-1385) quando ocorreu a instalação de uma nova dinastia, a dinastia de Avis.

Sobre o governo de D. Afonso III, que recebeu influência cultural ao residir na França, Serrão cita que:



Fossado – eram ataques também chamados de correrias que se faziam em territórios inimigos com o objetivo de saques e não de conquista. Dessa atividade todos os homens válidos eram obrigados a participar, aqueles que não participavam pagavam o imposto da fossadeira.



Já então a força dos concelhos, graças à ação municipalista do novo rei, se fazia sentir na administração do País. Prova Marcelo Caetano que desde o início do governo de D. Afonso foi impressionante a participação dos mercadores nos atos públicos. Quando a lei de 26 de dezembro de 1253, prevendo uma nova quebra da moeda, mandou tabelar os artigos de maior procura (gado, especiarias, tecidos), o monarca teve a seu lado os homens de comércio e os procuradores dos concelhos. Os *mercatores*, os *cives* e os *boni homines* já por este tempo surgem a fazer parte do conselho régio, o que traduzia a nova política de equilíbrio social que D. Afonso III queria impor (SERRÃO, 1978, p. 157).

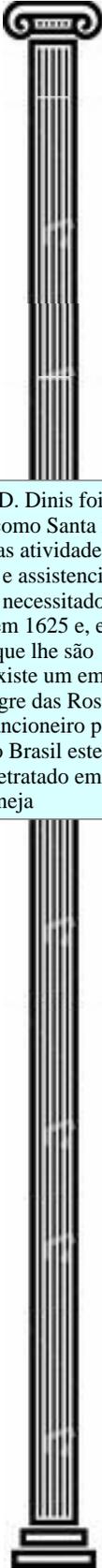
Por sua vez, o governo do seu filho, D. Dinis, por influência paterna deu continuidade ao trabalho iniciado por Afonso III.

Foi durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) que melhor transpareceram os resultados dos progressos econômicos, que acompanhavam uma atitude ativa do governo visando a afirmação do poder régio. Dentro das características do desenvolvimento verificado devem referir-se: o arroteamento de novas terras; a secagem de pântanos; a plantação de pinhais; a reorganização e fortificação de muitas povoações; a intensificação das feiras francas; o predomínio da economia monetária nas compras e vendas de produtos e serviços; a constituição de uma bolsa de mercadores, cerca de 1293, com o fim de facilitar as atividades comerciais; a manutenção do valor da moeda; a contratação em 1317 do almirante genovês Manuel Pessanha, para assegurar a direção de uma armada na defesa do litoral contra ataques de piratas (GARCIA, 1981, p. 65).

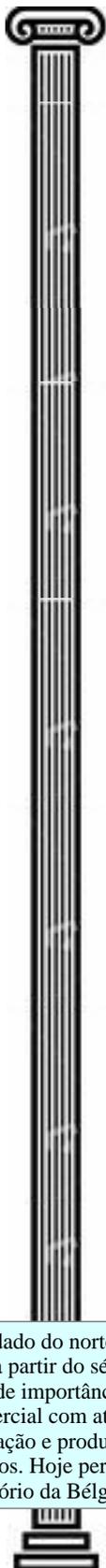
O governo de D. Dinis é citado como de grande progresso em todas as áreas para Portugal. Tanto no plano econômico, social e cultural aparecem citações de feitos importantes que estão ligados ao seu reinado. No plano cultural é apontada a fundação dos estudos superiores na cidade de Lisboa, autorizada por uma bula papal de 9 de agosto de 1290, o embrião da atual Universidade de Coimbra. No interesse do comércio e segurança marítima, bem como do aperfeiçoamento da construção naval, a contratação do genovês Manuel Pessanha (Pessagno), nomeado Almirante, é responsável pelo aperfeiçoamento das fainas do mar e vigilância das costas portuguesas e ele recebeu inúmeros benefícios por esses serviços. Outro fato relativo ao seu governo é que a sua esposa, D. Isabel, foi canonizada.

Assim, observa-se que em Portugal, no século XIII, já se vislumbra a formação de uma forte classe burguesa que passa a ter papel decisivo nos séculos seguintes, em todos os setores do reino. Essa classe, que foi se organizando ao longo dos primeiros séculos, tem relação com um movimento que estava acontecendo no continente europeu conhecido como Renascimento. Esse movimento, que exerceu influência em todas as áreas, teve como base principal o econômico, sustentado no comércio dos produtos orientais mais conhecidos como especiarias, que enriqueceu cidades da Península Itálica, as distribuidoras para os demais países da Europa desses produtos, transformando o mar Mediterrâneo no eixo comercial da época. Para isso cabe um questionamento: como Portugal se integrou ao Renascimento comercial do mar Mediterrâneo?

Nessa conjuntura econômica, no norte da Europa, formaram-se ligas, corporações ou guildas, ou seja, companhias mercantis que adquiriam esses produtos das cidades mediterrâneas. O transporte de tais produtos



A esposa de D. Dinis foi canonizada como Santa Isabel devido às suas atividades filantrópicas e assistenciais com os mais necessitados. Foi canonizada em 1625 e, entre os milagres que lhe são atribuídos, existe um em vida que é o Milagre das Rosas, que inspirou o cancionero popular, sendo que no Brasil este milagre foi retratado em música sertaneja



mostrou-se inviável por terra, pois a Europa atravessava o período feudal, sendo as atitudes dos senhores diferentes nas regiões percorridas pelos comerciantes. Acrescente-se a isso as constantes guerras, a exemplo da guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre França e Inglaterra.

Por esses e outros motivos se tornou mais seguro e mais prático transportar as mercadorias do Mediterrâneo para o norte europeu por via marítima. Ao observarmos o mapa da Europa, veremos que a localização de Portugal na parte mais ocidental do continente está – citando de forma simplória – a meio caminho entre as cidades mediterrâneas italianas e as cidades do norte da Europa, para onde eram transportadas essas mercadorias. O transporte era feito por navios, que na época necessitavam de constantes reabastecimentos, por isso, obrigatoriamente, tinham que tocar as costas portuguesas para tal e, conseqüentemente, comercializavam seus produtos adquirindo também produtos da terra. Dessa forma, Portugal foi participando no comércio europeu.

As atividades de navegar e pescar nas costas de Portugal remontavam à época dos romanos e tiveram continuidade ao longo da formação do reino. Com o passar do tempo e aproveitando a sua vasta rede fluvial, foram aperfeiçoados barcos para navegar nas costas e nos rios, adaptando-os de acordo com as condições de cada trecho a ser navegado e criando uma rede que interligava o interior com o litoral. Nessas atividades e na continuidade com o avanço das técnicas, quer de navegação quer de construção naval, podemos identificar o embrião do futuro poder marítimo de Portugal nos oceanos.

Condado do norte da Europa que a partir do século IX teve grande importância comercial com ativa indústria de fiação e produção de tecidos. Hoje pertence ao território da Bélgica.

A primeira notícia que temos de barcos portugueses em águas da Mancha remonta a 1194: era neste ano esperado na Flandres um navio lusitano carregado de melão (decerto reexportado de Portugal, pois não consta que nessa data se cultivasse

no reino cana-de-açúcar), que não chegou ao seu destino por ter naufragado (ALBUQUERQUE, s/d, p. 12).

Nessa citação observamos que o autor trabalha com a possibilidade de Portugal fazer papel de intermediário no comércio entre o Mediterrâneo e o mar do norte e também identifica, já no primeiro século da existência do reino, uma classe burguesa inserida no comércio entre o sul e o norte da Europa.

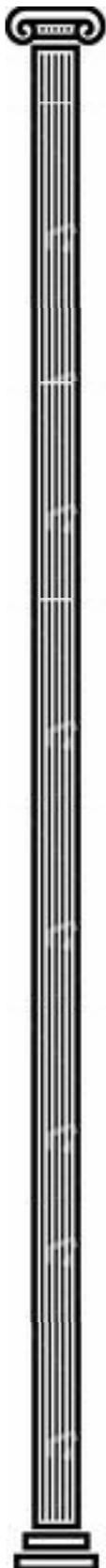
Também é importante observar que, no século XIII, comerciantes portugueses negociavam salvo-condutos com monarcas de outros países, apontando mais um fator de comprovação de que pertenciam a uma classe importante com crescente influência e que teve grande participação em eventos futuros em Portugal. Essas atividades comerciais levaram os monarcas, em diferentes épocas, a publicarem leis que ora facilitavam e ofereciam vantagens para os comerciantes estrangeiros que aportassem nos portos do reino, ora limitavam esses como forma de proteger os comerciantes locais.

Prova da importância dos portugueses no comércio com o norte da Europa pode ser observada na seguinte citação:

Uma carta patente de 1290, subscrita por Felipe-o-Belo, oferecia aos portugueses que nessa praça comerciassem as primeiras, mas já amplas, regalias de que temos notícias; assim, incumbiria ao preboste de Harfleur

conseguir-lhes alojamentos e diligenciar para que fossem rapidamente reembolsados dos valores vendidos a crédito, quando desejassem abandonar o porto e os devedores demorassem a satisfazer os seus débitos; assegurava-se-lhes procedimento criminal contra os carreiros e comissários infieis, que seriam compelidos a reembolsar os prejudicados dos valores das merca

Preboste – comparando com os dias atuais seria um prefeito.
Harfleur – cidade localizada no norte da França



-dorias perdidas ou desencaminhadas; ficavam isentos de concorrer com os fundos para as obras do cais; finalmente, tanto os mercadores como os seus familiares eram considerados sob proteção real (ALBUQUERQUE, s/d, p. 20-21).

Para o século seguinte, pela descrição dos autores, já se observa em Portugal uma intensa atividade comercial e até os reis passaram a ter barcos mercantes próprios. Esse aumento da atividade mercantil gerou atritos dentro da classe burguesa. Como exemplo disso encontra-se o seguinte:

Os incidentes sobre os fretamentos dos navios foram freqüentes. Sabemos que antes de 1355 já a precedente determinação estava a ser sofismada. Os mercadores não seriam tão facilmente vítimas da rapacidade de intermediários, mas eram explorados por alguns colegas menos escrupulosos; mandavam estes reservar para si um direito a carregamento que de muito excedia o volume de suas mercadorias disponíveis à data do embarque, com o fim de, no momento da carga cederem o excesso por preços exagerados (ALBUQUERQUE, s/d, p. 22).

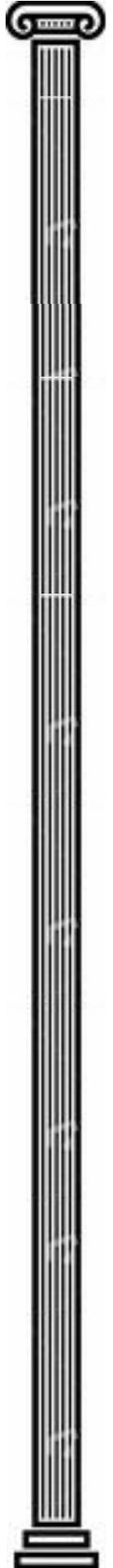
Os comerciantes solicitaram a interferência do rei para a solução desse problema e o monarca atendeu ao preito dos burgueses. Outro problema surgiu alguns anos mais tarde, quando os funcionários da alfândega não agiam de forma correta, pois cabia a eles verificar a carga, cobrar os impostos e franquear o acesso da população para aquisição dos produtos.

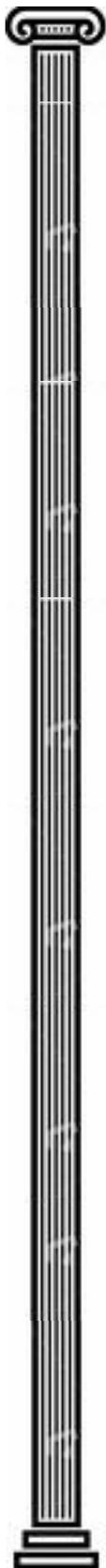
Nas cortes de Elvas (1361), os mercadores queixaram-se ao rei de que tal hábito estava a ser sofismado; os almoxarifes ou compravam para si as mercadorias recém-chegadas ou

introduziam na alfândega comerciantes seus protegidos que as adquiriam antes do edifício ser franqueado ao público; a maioria da carga estava já vendida quando os interessados eram admitidos para realizar o seu negócio. O rei satisfez os mercadores, prometendo atalhar o atropelo (ALBUQUERQUE, s/d, p. 23).

É no século XIV que se observa a preocupação dos governantes em apoiar as iniciativas dos comerciantes bem como a adoção de uma política de incentivo ao comércio. Foram determinações que promoveram muito a construção naval em Portugal, sendo publicadas em 1377 e 1380. A primeira determinava que:

1.º ceder livremente as madeiras das suas matas, sem qualquer pagamento e 'sem outro embargo algum', a todos que quisessem construir em Lisboa barcas de cem tonéis para cima; 2.º levantar a dízima sobre a importação de madeira, ferro e 'fulame' (decerto utilizado na calafetagem), de 'quaisquer partes que sejam', para construção de navios; 3.º isentar, de igual modo, das dízimas, habitualmente impostas tanto a compradores como a vendedores, os contratos de compra de navios estrangeiros feitas pelos armadores nacionais; 4.º prescindir dos direitos que incidiam sobre os carregamentos (portagens, sisas e 'alfolim' do sal) pela primeira vez que tais navios armassem e carregassem do porto de Lisboa para o estrangeiro; 5.º ceder metade da dízima que incidia sobre a importação de panos e madeiras na primeira viagem de retorno dos mesmos barcos; 6.º dispunha-se, ainda, que, no caso de uma embarcação construída ou comprada à sombra das condições deste documento se perder durante a primeira viagem, as concessões das duas alíneas anteriores teriam validade durante o período de três





anos da data do naufrágio, beneficiando delas, naturalmente, os armadores dos navios perdidos; 7.º enfim: porque na dita cidade (Lisboa) haverá tais que por si sós não poderão comprar nem fazer uma nau', todos os privilégios anteriormente referidos seriam aplicáveis quando dois ou mais interessados se reunissem com o fim de mandar construir ou adquirir uma embarcação (ALBUQUERQUE, s/d, p. 30-31).

Já a Lei de 1380 instituiu um sistema de seguro marítimo, talvez o primeiro do gênero em Portugal, conhecido como Companhia das Naus, ou Lei das Naus, era mantido pela contribuição dos assegurados e determinava que:

1.º se inventariassem todos os navios 'tilhados' com mais de cem tonéis, indicando-se a data da compra e o valor que tinham ao serem lançados à água; 2.º de todos os fretes e lucros alcançados no tráfego feito em tais navios, os armadores pagassem dois por cento para a 'bolsa da companhia'; 3.º da reserva assim obtida saíssem os fundos para substituir todo o barco que se perdesse por tormenta ou outro motivo, incluindo a hipótese de ser tomado por inimigos; 4.º para o caso em que as disponibilidades da Companhia não pudessem saldar o valor da perda, a diferença seria coberta por todos os agremiados entrando cada um na coleta com quantia proporcional ao valor dos navios que possuísse (ALBUQUERQUE, s/d, p. 31).

Dessa Companhia os navios do rei também participavam pagando os prêmios previstos. Nessa abordagem dos incentivos e proteção que foram criados para a classe burguesa portuguesa podemos identificar a gênese das futuras navegações do final do século XV e início do XVI, ou seja, Portugal possuía uma classe de mercadores e navegantes com as práticas necessárias para a expansão que realizaria.

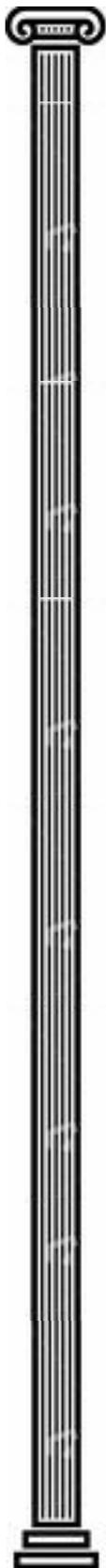
3) REVOLUÇÃO: 1383-1385

A Revolução de 1383-1385 deve ser estudada nos seus aspectos políticos, sociais e econômicos. Essa revolução ocorreu após a morte de D. Fernando, o Formoso, que herdou um reino rico e próspero, mas suas ações políticas colocaram em risco o que foi conquistado em reinados anteriores. “Era um homem de bom convívio, amado dos povos, aberto aos prazeres da vida e que representava um tipo novo na galeria dos reis de Portugal” (SERRÃO, 1978, p. 283). O próprio cognome que recebeu estava baseado em seu físico, que o apresentava como o mais elegante da corte entre todos os nobres.

Não se pode considerar seu governo como negativo, já citamos todo o seu trabalho em prol do fortalecimento da marinha, comércio e agricultura. O aspecto negativo está na sua política militar e no desastroso casamento com D. Leonor Teles. Na política militar entrou em guerra com Castela em diferentes momentos: 1369, 1372, 1381 e 1383, na última, o rei já estava morto e é esta ocasião que nos interessa.

A guerra de 1383 se deu em decorrência do casamento de D. Fernando, pois a sua consorte tinha abandonado o marido para casar-se com o rei, o que causou desgosto na população e em parte da nobreza de Portugal. Além disso, o ex-marido de D. Leonor atacou regiões do reino e, pelo que consta, foi indenizado pecuniariamente, retirando-se. Outro fato foi o surgimento na corte portuguesa, por volta do final da centúria de 1300, do Conde João Fernandes Andeiro, de origem galega (Galícia), portanto estrangeiro, que passou a exercer cargo na diplomacia portuguesa em suas relações com a Inglaterra e se envolveu amorosamente com a rainha D. Leonor Teles. A filha de D. Fernando e D. Leonor, D. Beatriz, foi prometida em casamento a um dos filhos do rei de Castela. Com a viuvez deste, D. Beatriz então se casaria com o rei D. João I de Castela. Para este acontecimento foi assinado um acordo:





Não se conhece o teor da carta de D. Fernando, mas apenas a resposta de D. João I a aceitar o projeto. As negociações que então decorreram entre as duas partes levaram à assinatura, em abril de 1383, da escritura matrimonial de Salvaterra de Magos. A súmula desta podia assim resumir-se: o trono português seria pertença de um filho varão de D. Fernando ou, não havendo, da infanta D. Beatriz, que pelo consórcio manteria os dois reinos separados. Só no caso de se extinguir a geração de D. Fernando, por morte daquela infanta, D. João I receberia a coroa do sogro, com a cláusula correspondente, no que respeita a Castela, em benefício da nova rainha (SERRÃO, 1978, p. 293).

A análise desse acordo levanta uma série de suspeitas sobre a participação da rainha D. Leonor Teles e do Conde Andeiro, seu suposto amante. Na época da assinatura do acordo, D. Fernando já se encontrava gravemente enfermo, havia contraído lepra (hanseníase) e não tinha mais condições de gerar herdeiros, ficando como sua única herdeira a filha D. Beatriz. Seu futuro esposo, o rei D. João I de Castela, tinha como fruto do primeiro casamento filhos homens, o que lhe garantia a sucessão, mas D. Fernando tinha somente a filha.

Em 22 de outubro de 1383, morreu D. Fernando e passaram a ocorrer divergências dentro do reino de Portugal suscitadas por partidários que passaram a aclamar D. Beatriz como nova rainha, sendo assim, D. Leonor assumiu o governo em nome da filha. Mas a presença constante do Conde Andeiro próximo a D. Leonor também suscitou outra reação.

D. Pedro I, pai de D. Fernando, teve um filho bastardo, nascido em 1357, chamado João. Gozando da condição de filho de D. Pedro I e irmão bastardo do rei D. Fernando, tinha prestígio junto à grande parte da nobreza

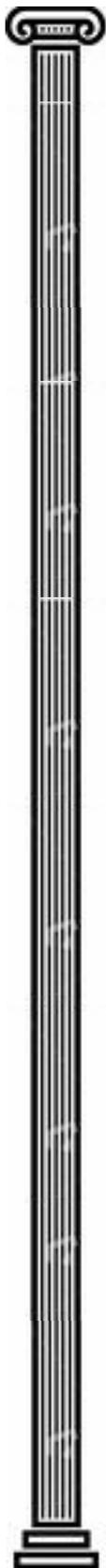
sendo conduzido à condição de Mestre da Ordem de Cavalaria de Avis. D. Leonor, querendo afastá-lo de Lisboa, nomeou-o para um cargo na fronteira portuguesa, mas ele, unindo-se a outros nobres, invadiu o castelo e matou o Conde Andeiro. Como a população antipatizava com a rainha, logo um grande fervor popular surgiu nas ruas de Lisboa, vindo o Mestre de Avis a acalmar a população. Mas não conseguiu evitar que invadissem a Igreja e matassem o Bispo D. Martinho e outros nobres que apoiavam D. Leonor, intervindo para que não ocorresse uma matança de judeus.

D. Leonor foi obrigada a retirar-se e pediu ajuda ao genro, D. João I de Castela, que em defesa do patrimônio da sua esposa declarou guerra a Portugal. D. João foi nomeado defensor do reino para organizar a defesa contra a invasão. No início de 1384, o território português é invadido e Lisboa cercada, sobressaindo-se desde o início a figura de Nuno Álvares, que, terminada a guerra, foi recompensado generosamente pelo futuro rei. No final de 1384, uma peste abateu-se sobre o acampamento das tropas castelhanas que cercavam Lisboa, obrigando o rei a se retirar, avisando que voltaria para recuperar o trono da esposa.

Nessa situação, o reino encontrava-se sem governante, urgindo uma solução para o problema. Para resolver a questão, foram convocadas as Cortes de Coimbra, que se reuniram com o objetivo principal de traçar estratégias para a guerra, mas a questão sucessória tomou maior vulto. Segundo Serrão, formaram-se três grupos de opiniões:

O pró-castelhano, que defendia os artigos da escritura de Salvaterra, considerando em termos jurídicos que D. Beatriz e seu marido eram reis de Portugal; o da *legitimidade*, que se inclinava para a linha colateral de D. Fernando, na pessoa do infante D. João, considerado filho legítimo de D. Inês de Castro; e o *português*, que sem





descurar o quadro do direito dava primazia à grave situação política e via no mestre de Avis a imediata solução de interesse nacional (SERRÃO, 1978, p. 306).

Nessas Cortes se revelou o grande jurista português João das Regras, que conseguiu, através de grandes debates, fazer com que o Mestre de Avis fosse coroado como Rei de Portugal, dando início a uma nova dinastia, a dinastia de Avis, encerrando-se a dinastia Afonsina com D. Fernando.

Ficavam assim vencidos legalmente os partidários quer de D. Beatriz-D. João de Castela, quer das posições de D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro e de D. Inês de Castro. Nesta vitória, baseada fundamentalmente nos sucessos no campo de batalha pelas forças do terceiro estado, teve ainda papel assinalável o doutor João das Regras, letrado formado em Bolonha e chanceler-mor, que apresentou uma argumentação bem elaborada a favor de D. João (GARCIA, 1981, p. 73).

Dirimida a questão governamental, foram iniciados os preparativos para a guerra e, em julho de 1385, D. João I de Castela invadiu novamente Portugal. Ainda segundo Garcia, o rei castelhano invadiu Portugal com 17000 homens, sendo que o exército português compunha-se de 7000. Em 14 de agosto de 1385 ocorreu o confronto de Aljubarrota, que é considerado o maior feito militar dos portugueses na sua história, no qual brilhou a estratégia de D. Nuno Álvares.

Como fruto dessa guerra, segundo Albuquerque:

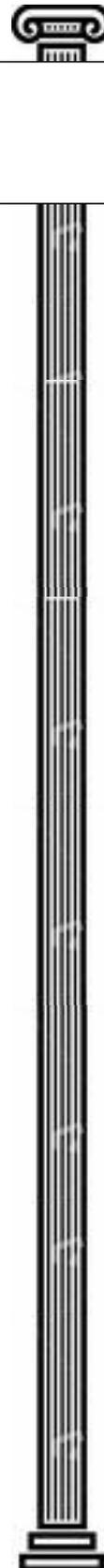
A classe que sai vitoriosa dessa luta de dois anos é a burguesia composta pelos armadores e negociantes dos dois portos marítimos do reino. Se uma parte dela se enobrece, arrancando a D. João doações liberalíssimas de terras e lugares (e em tal medida que o rei se viu obrigado a resgatar muitas por

dinheiro), outra parte mantém-se na atividade comercial, agora seguramente defendida por leis que dela própria dependiam. Basta ver como as medidas de proteção ao comércio português se tornam mais exigentes no reinado do mestre de Avis como, segundo Vila-Nova Portugal, no direito criado pelos leigos na nova situação social saída da revolta, desaparecem as características da legislação feudal, aparecendo em lugar delas as do foro romano, índice de que eram enformadas pela ideologia burguesa (ALBUQUERQUE, s/d, p. 36).

Estabelecida a paz, o novo rei D. João I, primeiro rei da dinastia de Avis, celebrou o acordo de Windsor com a Inglaterra em março de 1386. Além das questões diplomáticas e comerciais, nesse acordo foi acertado o casamento de D. João com D. Felipa, filha do Duque de Lencastre. Os filhos desse casamento, que Camões chamou em *Os Lusíadas* de ínclita geração, sobressaíram-se em várias áreas, com destaque para D. Henrique da escola de Sagres que se dedicou às navegações. Foi ainda no seu governo, já no século XV, em 1415, que teve início a expansão portuguesa com a conquista de Ceuta no norte da África.

Como já citado, o século XIV, para Portugal, iniciou-se com o reino em franco desenvolvimento e encerrou-se com uma nova dinastia após os problemas aqui apontados, entrando o século seguinte com o incremento das navegações.





EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

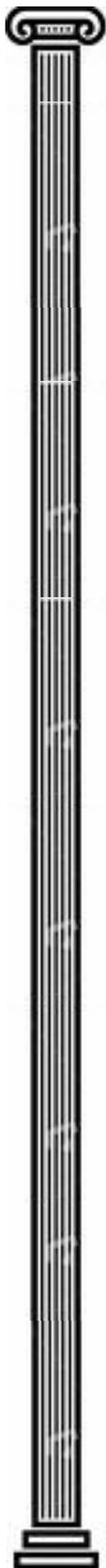
“E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram
dilatando
A Fé, o Império, e as terras
viciosas
De África e de Ásia andaram
devastando,
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando:
Cantando espalharei
por toda a parte,
Se a tanto me ajudar o
engenho e a arte”.
(Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, 2)

Essa etapa da história de Portugal, a expansão marítima, tornou-se mais conhecida para os brasileiros, pois os portugueses reivindicaram para si o descobrimento e posse do nosso território.

Para Fernando Nogueira, os portugueses foram os primeiros europeus que nos quatrocentos (século XV), com planejamento, expandiram-se para fora da Europa, tornando conhecidos e explorados os litorais africanos nas suas partes ocidental e oriental, bem como o indiano, esclarecendo para os europeus aquilo que imaginavam ou tinham notícias esparsas (NOGUEIRA, 1990, p.19).

Como já abordamos anteriormente, o século XIV se caracteriza para Portugal como época de grande desenvolvimento e incremento das atividades de navegação. Também o século XIV marcou o fim das guerras desastrosas com Castela e a mudança de dinastia da Afonsina para a de Avis.

Destaca-se a preocupação dos reis portugueses em buscar soluções para o aperfeiçoamento das atividades marítimas como elemento para a aceleração dessas atividades. Um dos exemplos citados por historiadores é a contratação, na época do rei D. Dinis.



Se apesar da escassez de testemunhos, podemos apontar como altamente provável a existência de uma organização embrionária da marinha portuguesa, pelo menos no início do século XIV, com absoluta segurança estamos autorizados a afirmar que D. Dinis procurou impulsioná-la no final do seu reinado. Este monarca soube, com efeito, atrair a Portugal os técnicos que reputava necessários para se atingir esse objetivo: o documento que no-lo revela é o bem conhecido contrato de 1317, assinado entre o rei e o genovês Manuel Passanha (ALBUQUERQUE, s/d, p. 41).

Segundo reza a letra desse contrato, o contratado deveria organizar e adestrar homens para as lides do mar, recebendo em troca várias benesses do rei incluindo o título de Almirante, ficando responsável também pela proteção da costa e pelo combate aos corsários que colocavam em risco os barcos comerciais portugueses.

O início da expansão portuguesa pode ser datado a partir de 1415, com a conquista da cidade de Ceuta aos muçulmanos no norte da África. D. João I, que enfrentava problemas internos provocados pelas guerras com Castela no final do século XIV, buscando formas de acalmar sua nobreza belicosa, armar novos cavaleiros e premiar os antigos, autorizou tal empreendimento, visando lucros financeiros, expansão da fé e glória para seus guerreiros, afastando dessa forma qualquer perigo de levante contra a nova dinastia.

Outra questão a ser considerada é o descobrimento e início da ocupação das ilhas atlânticas nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, nas primeiras décadas do século XV. Desses arquipélagos, o mais lucrativo para Portugal mostrou-se o da Madeira, que se tornou grande produtor de cereais (dos quais Portugal era carente), madeira, mel, vinho e, a partir da década de setenta do século XV, da cana-de-

açúcar. O arquipélago dos Açores também desenvolveu o cultivo de cereais e a pecuária e as plantas, sendo que sua flora fornecia produtos para a tinturaria. Outro fato que chama a atenção é que, por falta de pessoas do reino para enviar às ilhas, D. Henrique autorizou a vinda de flamengos para a ocupação dos Açores. Por um período, as ilhas foram chamadas sendo de ilhas Flamengas.

Flamengos: ocupantes da região do norte da Bélgica que falam o neerlandês.

Além de Ceuta e das ilhas Atlânticas, os portugueses deram início às navegações para o sul do continente africano, contornando a costa ocidental, expandindo cada vez mais seu raio de atuação.

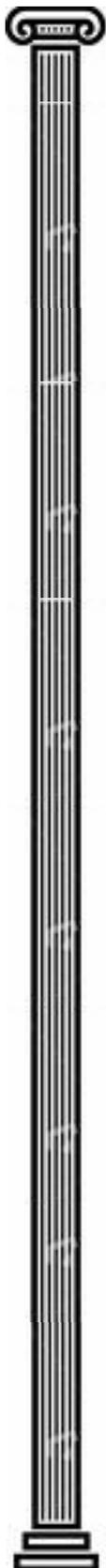
Mapa 6



Exploração da costa ocidental africana no século XV.

Fonte: Serrão, Joaquim Veríssimo. *Historia de Portugal* (1415 - 1495). Cacém: Editorial Verbo, 1979, p. 175

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a expansão portuguesa tem que ser analisada de uma forma ampla. Costuma focar-se a expansão nos aspectos espiritual e



econômico, como se houvesse sido apenas movida pela difusão do ideal religioso ou pela busca do proveito material.

A problemática é mais complexa e não cabe no esquema simplista de situar a predominância de um desses fatores ou de se proceder à sua junção. Mergulha mais fundo, no tempo e no espaço, a radicação dos descobrimentos, que foi também de ordem geográfica, política, sociológica e cultural, sendo sua origem anterior à história portuguesa do tempo (SERRÃO, 1978, p. 120).

Alerta ainda esse autor que a questão religiosa foi usada como um dos grandes motivadores e foi utilizada pelo político para encobrir os outros aspectos, visto que, para a época, era muito forte o apelo espiritual, a divulgação da fé, o combate ao infiel e a conversão do pagão.

Nessa mesma linha de análise, Luís Adão da Fonseca cita que a expansão portuguesa foi:

[...] um processo complexo que se manifesta em múltiplos níveis, de ordem política, diplomática e militar. Apresentando contornos diversificados no domínio geográfico, implica inovações técnicas, na construção naval, na navegação, na observação astronômica. Sendo protagonizado por diferentes grupos sociológicos, traduz-se em experiências plurais e apresenta importantes conseqüências intelectuais, culturais e religiosas. Radica de um processo europeu, mas os resultados dispersam-se pelos cinco continentes. Provocando comportamentos contraditórios, mobiliza sensibilidades díspares, é freqüentemente ocasião de encontros e de desencontros (FONSECA, 2001, p. 13).

Nesse contexto, observa-se que ainda ocorrem discussões entre estudiosos e historiadores sobre o processo da expansão portuguesa. Não se encontra unanimidade.

Uma das grandes polêmicas é com relação à doutrina do sigilo, da qual é defensor Jaime Cortesão (29/04/1884-14/08/1960), considerado um dos maiores historiadores de Portugal. Defendia a teoria do sigilo, com base na falta de documentação sobre as navegações. Afirma que:

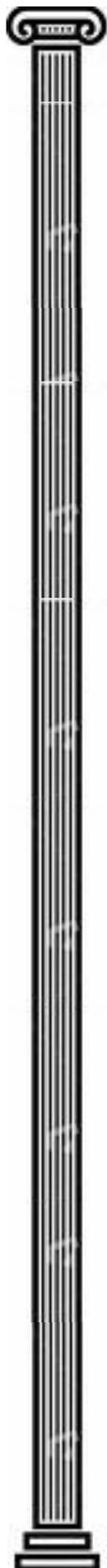
Os dirigentes portugueses guardavam tão ciosamente o segredo sobre seus planos e realizações que depois da morte do infante D. Henrique todos os seus papéis foram imediatamente seqüestrados e dos inventários oficiais dos seus bens, feitos com fatigante minúcia, se eliminou toda e qualquer referência aos seus livros de ciência, aos instrumentos náuticos, às cartas de marear, aos relatórios dos capitães de navios, e que D. João II aos seus próprios familiares escondia os processos e objetivos das navegações (CORTESÃO, 1983, p. 18).

Para Serrão, essa doutrina é difícil de ser comprovada, pois há feitura de mapas falsos, há mutilação de documentos, e se as fontes referentes a essas atividades não se apresentam de forma abundante, fontes essas produzidas em manuscritos (há imprensa em Portugal a partir de 1480), leve-se em conta que o trabalho dos cronistas da época estava dirigido ao relato de fatos nos quais o rei participava diretamente das ações, o que não ocorria no caso das navegações.

Luís de Albuquerque também questiona essa doutrina e coloca em dúvida a participação ativa do Infante D. Henrique nesse trabalho científico realizado pelos portugueses na chamada Escola de Sagres.

Mas das navegações portuguesas a que mais desperta a atenção é a de mais longo percurso, o caminho marítimo até as Índias. O plano para se chegar até o Oriente por via marítima foi iniciado nas primeiras décadas do século XV, e Portugal já tinha conhecimento





sobre essas regiões através de notícias que vinham via Oriente Médio – Mediterrâneo.

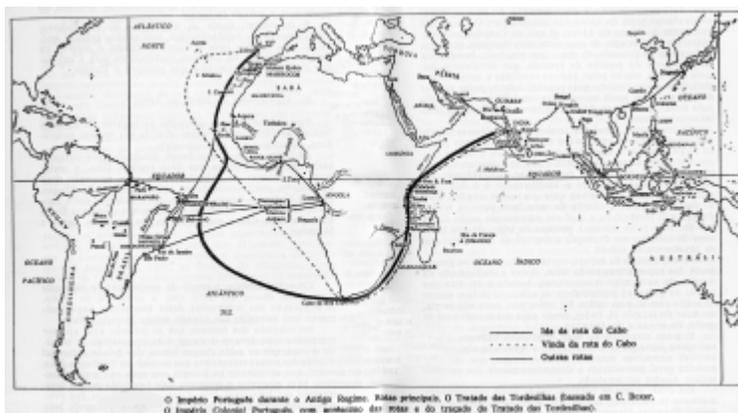
Outro acontecimento fruto da expansão foi a disputa travada com a Espanha por territórios conquistados através das navegações. Esse fato levou os dois reinos a estabelecerem acordos, dividindo o oceano em regiões que podiam ser exploradas pelos mesmos. Desses acordos, o mais famoso foi o Tratado de Tordesilhas, assinado após a volta de Cristóvão Colombo da sua viagem de descobrimento da América em 1492.

Após várias negociações que tiveram a interferência do papa, chegou-se a um acordo sobre a divisão das regiões e territórios que cabiam para cada reino. Esse tratado estabelecia que as terras descobertas a partir de um meridiano das ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal até 370 léguas para leste desse meridiano, e passou a ser de Portugal grande parte do território que futuramente se chamaria Brasil, todo o continente Africano e quase a totalidade do Oriente.

A seqüência da exploração do litoral ocidental africano fez com que os portugueses buscassem uma passagem para o Oriente, conseguindo esse feito em 1488 com Bartolomeu Dias, que contornou o Cabo da Boa Esperança. Para Charles Boxer, “Os portugueses chegaram à Índia num período singularmente afortunado para eles, como se pode ver resumido o mais rapidamente possível o panorama asiático na passagem do século XV para o XVI” (BOXER, 1981, p. 59).

Para este autor, por Oriente entende-se desde a costa oriental da África, englobando o território indiano, região que os portugueses denominavam de Estado da Índia. Esse Estado abrangia desde o Cabo da Boa Esperança até o Golfo Pérsico e a Ásia, incluindo o Japão e Timor.

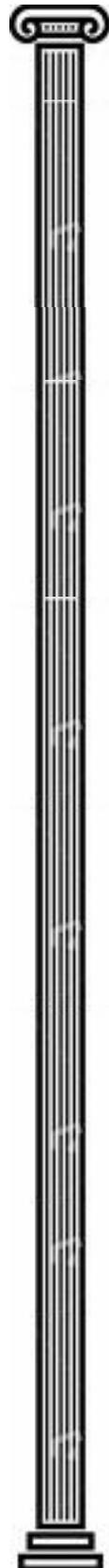
Mapa 7



Fonte: Garcia, José Manuel. *História de Portugal - Uma visão Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 136/137

Em relação à maneira como os portugueses montaram seu projeto das Índias, trata-se de história recheada de relatos e muita controvérsia. Tal controvérsia é provada pelo registro de notícias que datam da metade do século XV. Entre elas, o envio de mercadores e religiosos que se deslocaram por terra e via Mar Vermelho e chegaram até o território indiano, elaborando minuciosos relatos sobre os pontos comerciais e a navegação do Índico, do mar Vermelho e costa Oriental africana. Esse conhecimento de que a Índia estava localizada a leste levou D. João II a negar apoio ao projeto de Cristóvão Colombo de atingir esse território navegando para o oeste, fato ocorrido em 1498, quando Vasco da Gama alcançou o território indiano na cidade de Calicute, hoje Calcutá (RAMOS, 2004, p. 103-104).

Nas chamadas grandes navegações realizadas por Portugal, dois nomes ganharam grande destaque – Vasco da Gama no caminho para as Índias e Pedro Álvares Cabral no descobrimento do Brasil. Sobre esses dois navegadores, que se tornaram grandes nomes dos séculos XV e XVI e ficaram como ícones das navegações portuguesas, é possível dizer:





Oriundo do Alentejo – os avós paternos eram de Elvas, possivelmente nascido em Sines, nos últimos anos da década dos anos 60 do século XV (1469 é a data mais vulgarmente aceita), descende de uma família com ligações com a monarquia. O pai – de nome Estevão da Gama – foi alcaide de Sines e comendador do Cercal, da Ordem de Santiago. O filho, antes de ser escolhido para chefiar a armada que lhe modifica toda a vida, é cavaleiro da mesma Ordem Militar e comendador de Mouguelas e de Chouparia (FONSECA, 2001, p. 21)

Neste sentido, as duas viagens de Vasco da Gama (1497-9 e 1502-3), bem como a de Pedro Álvares Cabral (1500-1), encerram, simultaneamente, três ordens de questões: primeiro, apresentam-se como coroamento de todo o esforço de décadas em direção ao oceano meridional; depois, representam a solução alternativa para os problemas levantados pela expedição de Colombo; finalmente, constituem um elemento fulcral da estratégia concorrente entre as duas monarquias peninsulares que prolonga, em outros horizontes, o diferendo de Tordesilhas. No fundo, correspondem à preocupação por definir o âmbito espacial dos oceanos submetidos à soberania do rei de Portugal (FONSECA, 2001, p. 18).

A respeito desses dois personagens, sabe-se de _____ Vasco da Gama



Membro de uma família beirão, desde há muito próxima da Casa Real, é trineto de Álvaro Gil Cabral, que se notabilizou nas campanhas a favor do Mestre de Avis, e bisneto de Luís Álvares Cabral, nomeado alcaide de Belmonte em finais do século XIV e vedor da casa do Infante D. Henrique. Luís Álvares participou, juntamente com o filho Fernando, na expedição de Ceuta em 1415. Este último, alcaide de Belmonte como o pai, continuará ao serviço do Infante, vindo a morrer no cerco de Tanger em 1437. É avô do descobridor do Brasil. Casou-se com Teresa de Andrade, filha de Rui Freire, cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador de Palmela e Arruda. Fernão Cabral, filho de Fernando Álvares Cabral, foi cavaleiro fidalgo da casa real. Casa-se com Isabel de Gouveia (filha de João de Gouveia, alcaide de Castelo Rodrigo) e, deste casamento, nasce numerosa prole; o nosso personagem terá sido o segundo filho (FONSECA, 2001, p. 82-83)

_____ e de Pedro Álvares Cabral

que existem notícias controversas sobre a ascensão e queda no anonimato desses dois navegadores.

A primeira viagem de Vasco da Gama proporcionou grande lucro. “Da pouca especiaria que pode trazer Vasco da Gama na primeira viagem, vendida a pimenta a 80 cruzados, calcularam-se os lucros em sessenta vezes o cabedal investido na empresa” (AZEVEDO, 1947, p. 108). Essa viagem rendeu para seu comandante títulos, propriedades e pensão por parte do rei, como forma de premiar o feito de Vasco da Gama, bem como permitiu ao governo português traçar as estratégias para a presença efetiva e dominação do rico comércio do Oriente.

Escusado será lembrar-vos que, imediatamente após o regresso de Vasco da Gama, no fim de agosto de 1499, da sua bem sucedida viagem pioneira à Índia, o rei Manuel I (reinou de 1495 a 1521) assumiu precipitada-

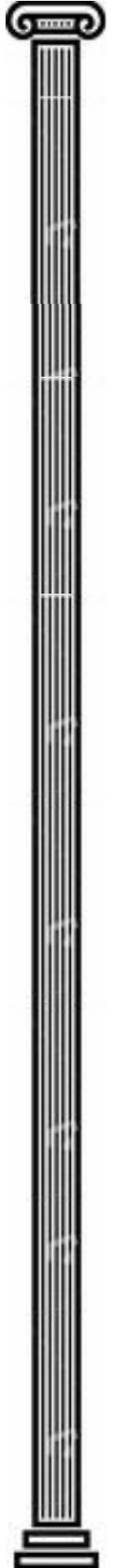


damente o estilo e título de '*Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*'. Nessa data, não havia um único barco português num raio de mil milhas do Cabo da Boa Esperança. Contudo, no final do reinado do rei Manuel, os portugueses tinham estabelecido o *Estado da Índia* como uma talassocracia viável na Ásia marítima. Compreendia essencialmente uma cadeia de fortalezas costeiras (*fortalezas, praças*) e estabelecimentos de comércio não fortificados (*feitorias*), nunca se estendendo para o interior mais que algumas milhas (BOXER, 1982, p. 13).

Como se observa nessa citação de Boxer, o poder português na Índia era sustentado por uma série de fortalezas, visto que os árabes se opunham radicalmente a sua presença num espaço de rico comércio e que há séculos era dominado por essas populações, que agora viam um concorrente que chegava diretamente à fonte produtora das ricas especiarias. A manutenção desse domínio pelos portugueses se tornava caríssima para os cofres reais, pois para o apoio e manutenção das fortalezas e feitorias era necessária uma numerosa frota no Índico que representava grande dispêndio tanto de dinheiro quanto de vidas, além da presença, com altos salários e vantagens, de funcionários reais para a fiscalização das atividades na região.

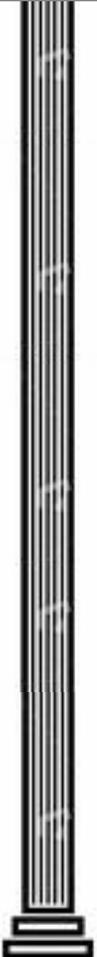
Sobre a viagem de Cabral, limitamo-nos a citar a presença em território do futuro Brasil, visto que seu objetivo principal era a Índia, e que aproveitou para de forma oficial tomar posse de terras já conhecidas pelos portugueses. A chegada de Cabral no Brasil e as ações dos portugueses nesse território serão tratadas em outra disciplina, História do Brasil I.

O progresso e a expansão de Portugal, para o final do século XVI, sofreram um abalo quando, a partir de 1580, ocorreu a União Ibérica, motivada pela atitude de D.





Considerada uma das famílias mais poderosas da Europa, teve origem no século XI. Felipe II da Espanha tornou-se Felipe I de Portugal, unificando e governando os dois reinos, em 1580, por sucessão de parentesco, pois era primo de D. Sebastião, rei português morto no norte da África, na Batalha de Alcacerquibir contra os mouros. Os Habsburgos tinham questões e desavenças com Holanda, Inglaterra e França, o que favoreceu as invasões de territórios portugueses com a unificação das coroas ibéricas (Portugal e Espanha) entre 1580-1640, que abrangeu todas as colônias portuguesas incluindo o Brasil



Sebastião que, com sua morte, proporcionou ao rei da Espanha, Felipe II, reivindicar a coroa portuguesa. Iniciou-se para Portugal um período de ingerências e também, como fruto das guerras sucessórias da Espanha, governada pelos Habsburgos,

com os Países Baixos (Holanda), uma série de invasões, pelos neerlandeses, de várias partes dos territórios portugueses de além-mar, a exemplo do Nordeste do Brasil.

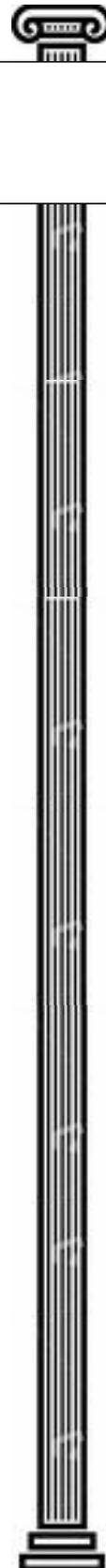
A partir do final do século XVI, Inglaterra e Holanda passaram a freqüentar as regiões do Oriente, apossando-se de rotas comerciais antes portuguesas e implantando uma concorrência no rico comércio oriental.

Durante as primeiras quatro décadas do século XVII, o comércio português na Ásia encontrava-se em franco declínio, salvo raras exceções caso do tráfico Macau-Nagasaki. Consequentemente, as receitas do governo vice-real de Goa sofriam uma redução considerável, precisamente numa altura em que as despesas oficiais, especialmente as relativas à defesa, atingiam níveis sem precedentes. A diminuição das receitas e o aumento das despesas eram, na verdade, as duas componentes principais da crise econômica que o Estado da Índia atravessou no final do período Habsburgo e que tornou quase inevitável a eliminação de Portugal como potência dominante para lá do Cabo, entre as décadas de 1630 e 1650. A incapacidade do governo vice-real de Goa para equilibrar as despesas militares com as receitas regulares do Estado da Índia foi reconhecida em Lisboa já em 1589, antes que Holandeses começassem a ameaçar seriamente o predomínio português em águas asiáticas (DISNEY, 1981, p. 67).

Assim, no século XVII, Portugal perdeu a maior parte de suas possessões na Ásia, sendo que, no final deste,

foi descoberto ouro em grande quantidade no Brasil que, para o XVIII, supriu em metal precioso as necessidades da coroa portuguesa.





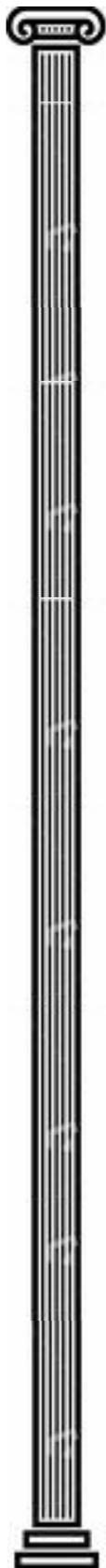
A RELIGIÃO EM PORTUGAL

Como já citamos em outro capítulo dessa obra, Portugal surgiu como resultante do processo da reconquista na formação dos chamados reinos cristãos. Como herança do Estado Visigodo, a Igreja tornou-se ponto fulcral na estruturação do Estado português desde seu início. Com o passar dos séculos, vários conflitos ocorreram entre reis e a hierarquia católica a exemplo de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, punidos com a excomunhão. Esses conflitos foram resolvidos com negociações entre a coroa portuguesa e o papa. Tais dissídios não abalaram a importância e influência da instituição junto à população e ao governo de Portugal.

Para tanto, observa-se que Portugal seguiu o exemplo de outros países, protegendo o clero e seus bens, adotando em seu território a vigilância da fé, favorecendo e apoiando suas ações em um trabalho de cumplicidade entre Estado e Igreja, para um controle e disciplina da população.

Esse controle e apoio oficial pode ser constatado no estabelecimento em Portugal do Tribunal do Santo Ofício no século XVI. O tribunal foi estabelecido em Portugal através da Bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de maio de 1536, emitida pelo papa Paulo III, quando foram nomeados três bispos – Ceuta, Coimbra e Lamego, tendo direito o rei de nomear um quarto inquisidor (BETHENCOURT, 2000, p. 24).

Espelhado na experiência espanhola, que havia implantado seu tribunal em 1478, meio século antes, Portugal, a exemplo daquele reino, recebeu autonomia do papado para a estruturação do seu tribunal, tendo o rei o direito de escolher e nomear inquisidores além de fornecer



condições e acomodações para a estrutura complexa necessária para seu funcionamento, além dos inúmeros funcionários que o compunham. Para Bethencourt, em Portugal:

É necessário sublinhar dois aspectos nesses relatos cuidadosamente conservados e publicados nas compilações documentais organizadas pela própria Inquisição: em primeiro lugar, o envolvimento do rei desde o início, assumindo a responsabilidade da criação do tribunal e fazendo questão de estar presente na cerimônia de fundação da nova instituição; em segundo lugar, a ausência da cerimônia de apresentação da bula às autoridades civis – pois é a própria coroa que se encarrega da apresentação da bula ao nomeado e cria as condições de sua execução. [...] ao contrário do que se passou na Espanha, o rei português nunca prestou juramento perante o inquisidor-geral num auto de fé (BETHENCOURT, 2000, p. 25 e 27).

O Santo Ofício português funcionou até o começo do século XIX, sendo abolido em 5 de abril de 1821. Diferente da Espanha, Portugal criou fora do seu território somente um tribunal, o de Goa, na Índia, para atender às demandas no longínquo oriente, ficando em discussão a criação de um no Brasil que acabou não acontecendo (FEITLER, 2007, p. 71).

Na religiosidade em Portugal destaca-se o caso do rei D. Sebastião, personagem que criou gerações de esperançosos com a sua volta. Figura controvertida, os historiadores divergem sobre sua conduta e política, bem como sobre as causas de seu ascetismo e celibato. Para Boxer, D. Sebastião renovou a esperança de Portugal em ter um rei, dos seus nove irmãos, filhos anteriores do rei D. João III, era o único que sobreviveu. Mas a sua educação religiosa sob responsabilidade dos jesuítas, seu desejo de combater o infiel e reconquistar as fortalezas deixadas no norte da África na região do Marrocos e uma doença na infância –

que teria afetado seus órgãos genitais – o afastaram dos casamentos propostos com damas da nobreza espanhola e francesa (BOXER, 1981, p. 347).

Para Jacqueline Hermann, a educação profundamente religiosa e a constante vocação para combater o infiel influenciaram fortemente a sua formação. Outro ponto abordado é que uma misteriosa doença o teria acometido a partir dos seus onze anos.

O jovem monarca adoeceu em fins de 1564 [...] e seu mal-estar é atribuído ao frio e à intensidade dos exercícios de caça que praticara. Todos, aliás, apontam as violentas práticas desportivas do rei como uma característica de seu empenho em preparar-se para a arte da guerra (HERMANN, 1998, p. 82).

Em 1578, ocorreu o confronto de Alcácer Quibir, no norte da África, no qual o monarca desapareceu e segundo reza a tradição seu corpo nunca foi encontrado, ficando o reino sem sucessor, mas com a esperança da sua volta. Com a morte do seu tio, o Cardeal D. Henrique, Felipe II da Espanha se tornou Felipe I de Portugal, unindo as duas coroas, união que durou de 1580 a 1640.

Esse rei gerou a crença no sebastianismo, principalmente nas populações mais pobres que tinham esperança de que o mesmo voltaria com um exército celeste para combater os poderosos e libertar os mais necessitados do seu sofrimento. No Brasil encontra-se isso presente em Canudos, no Nordeste, e também no movimento do Contestado, nos Estados de Santa Catarina e Paraná.

A morte de D. Sebastião levou à extinção da dinastia de Avis e somente em 1640, com o movimento conhecido como restauração, assume o poder D. João IV, que deu início à dinastia de Bragança, que governou Portugal até o século XIX. Também a ela pertenceram os dois imperadores do Brasil, D. Pedro I e D. Pedro II.



CONCLUSÃO

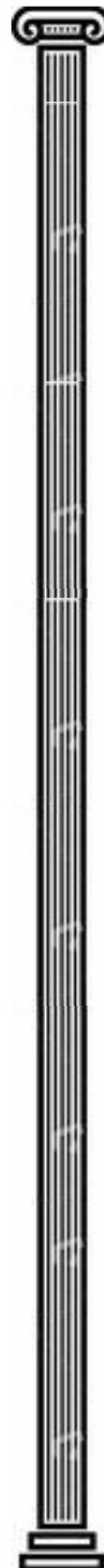
O estudo da História é fascinante. Ao estudarmos a Península Ibérica, damos mais um passo no nosso aprendizado dentro do curso de Licenciatura em História na modalidade à distância.

O conhecimento sobre esse território reveste-se de grande importância para nós, pois a ocupação do território brasileiro e sua organização foram feitas por um Estado, Portugal, que se formou a partir do século XII no movimento conhecido como Reconquista contra a presença dos muçulmanos da Península Ibérica.

Com essa abordagem temos uma visão panorâmica sobre a sua história e a trajetória das diferentes populações que ocuparam tal território, ali organizando espaços, deixando influências para os que vieram posteriormente, formando um amálgama de culturas que culminou na organização de suas sociedades nos séculos seguintes.

Portanto, Espanha e Portugal têm origens nessas populações abordadas nessa obra, sendo fruto dessa grande miscigenação de culturas que originou a língua, os costumes, as crenças e as práticas de comércio e navegação fluvial e marítima. A partir dessas práticas marítimas esses dois Estados chegaram até o continente americano formando as Américas Espanhola e Portuguesa, sendo a Portuguesa o território hoje do Brasil.

Assim, ao estudarmos essas populações podemos entender melhor a formação da nossa sociedade e a origem do Estado que assumiu o descobrimento e colonização do nosso território, dando forma à nossa cultura.



BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de. **Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses**. 3. ed. Mira-Sintra: Europa-América, s/d.

_____. **Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses**. 2. ed. Lisboa: VEGA, 1990.

ANDRADE FILHO, Ruy. **Os muçulmanos na Península Ibérica**. O início da expansão trajetória do século VIII ao XV crentes ou fanáticos? São Paulo: Contexto, 1989.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar; CAMPOS, Guilherme Pahal. **História das Sociedades**. Das comunidades primitivas à sociedade medievais. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

ARAMBOURG, C. **A gênese da humanidade**. Mira-Sintra: Europa-América, 1976.

AZEVEDO, J. Lúcio de. **Épocas de Portugal econômico**. Esboços de história. 2. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1947.

BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições**. Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles R. **O império colonial português. (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. **A Índia portuguesa em meados do século XVII**. Lisboa: Edições 70, 1982.

CABO, Angel; VIGIL, Marcelo. **Historia de España Alfaguara I**. Condicionamientos geográficos. Edad antigua. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, s/d.

CORTÁZAR, José Angel García de. **Historia de España Alfaguara II**. La época medieval. Madrid: Alianza Editorial, 1985.





CORTESÃO, Jaime. **A Expansão dos Portugueses na História da Civilização**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

DISNEY, A. R. **A decadência do império da pimenta**. Comércio português na Índia no início do séc. XVII. Lisboa: Edições 70, 1981.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência**. Igreja e inquisição no Brasil Nordeste 1640-1750. São Paulo: Alameda, 2007.

FONSECA, Luís Adão da. **De Vasco a Cabral**. Oriente e Ocidente nas navegações oceânicas. Bauru: EDUSC, 2001.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado**. A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GALLI, Sidinei. **A Cruz, a Espada e a Sociedade Medieval Portuguesa**. São Paulo: Arte & Ciência, s/d.

GARCIA, José Manuel. **História de Portugal**. Uma visão Global. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

GIORDANI, Mario Curtis. **História dos Reinos bárbaros**. Acontecimentos políticos. Petrópolis: Vozes, 1970.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria Utopia e Prática de Navegar**. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: DIFEL, 1990.

MAGALHÃES, Julio César. In: FUNARI, Pedro Paulo (org.). **As Religiões que o mundo esqueceu**. Como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses. São Paulo: Contexto, 2009.

MENOCAL, María Rosa. **O ornamento do mundo**. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Trad. Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NOGUEIRA, Fernando. **Os grandes descobrimentos portugueses e a expansão mundial da Europa**. Lisboa: Verbo, 1990.

RAMOS, Fábio Pestana. **No tempo das especiarias. O império da pimenta e do açúcar.** São Paulo: Contexto, 2004.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **O ser monge no mosteiro da Ressurreição: Práticas e Rituais (1981-2000).** Dissertação (Mestrado em História). UFPR, Curitiba, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal (1080-1415).** v. I. 2. ed. Lisboa: Verbo, 1978.

_____. **História de Portugal (1415-1495).** v. II. 2. ed. Lisboa: Verbo, 1979.

TERRERO, José. **Historia de España.** Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1971.



